

# Ensaio sobre a origem dos Proença

Manuel Abranches de Soveral

Não se sabe nada da origem dos Proença, mas foi-me possível documentar aquele que até agora é o mais antigo que se conhece deste nome: **Aires Gonçalves de Proença**, que tinha bens na Covilhã, que perdeu por seguir o partido da rainha D. Beatriz contra o mestre de Avis, tendo este a 10.9.1384 doado os seus bens, por estar em deserviço, a Fernão Velho, cavaleiro da Ordem de Santiago.<sup>1</sup> Seguramente nascido antes de 1360, este Aires Gonçalves de Proença tinha bens na Covilhã e noutros lugares não especificados, podendo muito bem pertencer a uma família originária da vila de Proença, hoje chamada Proença-a-Velha, nome com que ficou conhecida desde que a vila da Cortiçada adoptou no séc. XVI também o nome de Proença, ficando a chamar-se Proença-a-Nova. Proença ficava então no termo da importante vila da Covilhã, de que dista (por estradas de hoje) 54 km. Naquela doação, D. João I refere “*todos os bens movees e de raiz que vicente dominguez vigairo de coujllaã e diego gonçallez e airs gonçallez de proença aujam na dicta ujlla e em outros quaãsquere lugares, os quaães os perderam por serem em deseruiço destes regnos*”. Esta redacção sugere que os confiscados seriam parentes, com bens em comum, parecendo aquele Diogo Gonçalves o Diogo Gonçalves Tavares que D. Fernando nomeou alcaide-mor da Covilhã em 1383<sup>2</sup>, cuja mulher se desconhece e podia bem ser irmã de Aires Gonçalves de Proença. É certo que Diogo Gonçalves Tavares não foi durante muito tempo alcaide da Covilhã, pois Afonso Gomes da Silva foi nomeado alcaide deste castelo no ano seguinte<sup>3</sup>, mantendo-se no cargo a 26.5.1384, quando o mestre de Avis lhe deu em tença, sendo ele alcaide, a pensão dos tabeliães e os foros e direitos dos judeus da dita vila.<sup>4</sup>

Sobre a identificação deste Diogo Gonçalves, convém começar por dizer que as genealogias confundem os dois homónimos Gonçalo Esteves de Tavares, tio e sobrinho. O tio casou a 1ª vez com Alda Afonso Ribeiro e a 2ª vez com Leonor Rodrigues de Vasconcellos, sem geração de ambos os matrimónios. Herdou a terra de Tavares esta 2ª mulher, e a 19.11.1384 D. João I doou a Álvaro Gil Cabral, escudeiro, alcaide-mor da Guarda, o senhorio da terra de Tavares “*da guisa que auja lianor rodriguez de uasconcellos molher que foe de gonçallo steuez de taauares*”.<sup>5</sup> D. Leonor Rodrigues de Vasconcellos instituiu em testamento comum de 25.1.1349, feito em Real, na terra de Gulfar (Sátão), um morgadio da sua casa da Bouça, em Tavares, com obrigação da fundação de um hospital e uma igreja na sua herdade da Carrega (Viseu). Morreu antes de 1356, durante a Peste Negra, e o seu testamento só foi posto em execução em 1377.<sup>6</sup> Para este morgadio nomeou em 1º lugar seu sobrinho Pedro Esteves de Tavares. Com efeito, Gonçalo Esteves de Tavares, o tio, era irmão mais velho de Pedro Esteves de Tavares, que casou com Maria Dade e morreu relativamente novo, deixando dois filhos conhecidos: o antedito Pedro

---

<sup>1</sup> CJI, 1, 59.

<sup>2</sup> CFºI, 3, 62v.

<sup>3</sup> CFºI, 3, 87.

<sup>4</sup> CJI, 1, 61.

<sup>5</sup> CJI, 1, 74.

<sup>6</sup> CFºI, 2, 3.

Esteves de Tavares, que morreu solteiro depois de 1377, e Gonçalo Esteves de Tavares (o sobrinho), que casou com Maria Mendes, e foram pais de Martim Gonçalves de Tavares e de Diogo Gonçalves (de) Tavares. Diz Alão que Martim Gonçalves de Tavares foi alcaide-mor de Portalegre, Alegrete e Assumar, como seu pai, o que não é verdade, pois nem um nem outro se documentam como tal, estando o castelo de Portalegre e seus anexos de Assumar e Alegrete, no reinado de D. Fernando, nas mãos de Vasco Martins Leitão e depois nas de Vasco Pires de Camões.<sup>7</sup> E no reinado de D. João I ainda se documenta Martim Gonçalves de Tavares, sendo realmente morador em Portalegre, onde tinha uma quintã coutada, mas não alcaide, sendo apenas referido pelo rei como “*nosso criado e vassalo morador em Portalegre*”. Com efeito, numa carta de 12.12.1388, o rei confirmou-lhe a coutada da sua quintã e azinhal, em Portalegre, como sempre fora e era no tempo dos reis anteriores, bem assim como todas as herdades que ele comprou ao redor da dita quintã para acrescentamento dela, nomeadamente as que chamam de Moxana, de Ardreu das Cabeças, do Ruivo, do Vonçam, do Vouzarom e da Ceiceyra.<sup>8</sup> A 8.8.1391 D. João I já o refere como “*martim gllz de taauares nosso scudeiro morador em Portalegre*” quando lhe doou, pelo muito serviço que dele recebeu e entendia vir a receber, a herdade de Almafole, no termo de Portalegre.<sup>9</sup> Noutra carta de 31.12.1411, voltando a ser referido como vassalo morador em Portalegre, o rei confirmou-lhe a coutada da quintã e herdade que ele tinha em Marvão, dizendo-se aí que esta propriedade “*lhe foe coutada per el rey dom Afonso nosso auoo*”<sup>10</sup>, informação que, a ser exacta, remete o nascimento de Martim Gonçalves de Tavares para cerca de 1341, o mais tardar, pois D. Afonso IV faleceu em 1357 e ele teria de ter já alguma idade para o rei lhe coutar aquela quintã. Muito provavelmente teve esta quintã de seus tios-avós Gonçalo Esteves de Tavares e sua 2ª mulher Leonor Rodrigues de Vasconcellos, que como vimos fizeram testamento em 1356. Esta datação é importante, pois assim ficamos a saber que seu irmão Diogo Gonçalves (de) Tavares não terá nascido depois de 1345. Assim, se é o Diogo Gonçalves que em Setembro de 1384 estava em Castela, ou pelo menos com os partidários da rainha, e tinha casado com uma irmã de Aires Gonçalves de Proença, mesmo podendo ela ser bem mais nova do que o marido, como a cronologia do filho indica, este Aires Gonçalves não terá nascido depois de 1360, como aliás se entende de um proprietário já despojado em 1384.

Como quer que seja, Aires Gonçalves podia ser irmão (mais novo) do abade da Covilhã Vicente Domingues, o que implicava que ambos fossem filhos de um virtual Gonçalo Domingues ou Domingos Gonçalves (de Proença). Ideia esta que se acentua pelo facto de em 1453 um Álvaro Gonçalves de Proença suceder no cargo de escrivão dos órfãos, resíduos e da Câmara do julgado de Parada a um João Domingues, que morrera.

Não sei se Aires Gonçalves de Proença retornou ao reino logo em finais de 1384, como aconteceu com muitos dos que estavam ao serviço de D. Beatriz, ou mais tarde. Mas tudo indica que terá casado aqui, depois de regressado de Castela. Como os seus propostos netos aparecem na região de Arouca / Castro Daire / Vila Nova de Paiva / Tarouca, é de supor que os seus dois putativos filhos aí tenham vivido. O que se explicaria se Aires Gonçalves de Proença tivesse regressado não à Covilhã, onde já não tinha bens, mas a esta região, onde teria casado. O facto de alguns dos propostos netos não se documentarem com o nome Proença pode justificar-se pelo hábito do uso, mesmo em documentação oficial, do nome e patronímico apenas, que muitas vezes se verifica em pessoas que tanto aparecem só assim como com o nome da linhagem.

---

<sup>7</sup> CF<sup>o</sup>I, 1, 47; e 2, 63v.

<sup>8</sup> CJI, 2, 35v e 36.

<sup>9</sup> CJI, 2, 126 e 126v.

<sup>10</sup> CJI, 3, 164.

O certo é que Aires Gonçalves de Proença é o único Proença que se documenta como tal no séc. XIV, tanto quando julgo, e parece bem ser o avô dos Proença que aparecem no séc. XV na região de Arouca / Castro Daire / Vila Nova de Paiva / Tarouca. Para melhor se entender esta genealogia tentativa, segue adiante um esquema sobre o que pode ter sido a origem dos Proença. No meu livro “*Ascendências Viseenses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*”, Porto 2004, ponho a hipótese de um destes netos, João Afonso de Proença (casado com Isabel Botelho, em BOTELHO), ser filho de João de Proença, físico do infante D. Pedro, já falecido a 7.4.1445. Mas esta hipótese não tem afinal fundamento, pois este João de Proença, provável judeu converso, morador em Coimbra, não era da linhagem Proença e adoptou este nome por ser natural de Proença, dando porventura origem a alguns Proença que não pertencem a esta linhagem. Com efeito, a 14.4.1443 D. Afonso V privilegiou mestre João, físico, natural de Proença, morador na cidade de Coimbra, isentando-o do pagamento de diversos impostos ao concelho, de quaisquer serviços e encargos concelhios, do direito de pousada, bem como de lhe tomarem suas bestas de sela e de albarda enquanto usar da arte da ciência da física, contanto que viva na dita cidade.<sup>11</sup> Este Mestre João de Proença já tinha falecido a 3.3.1445, quando D. Afonso V privilegiou por esmola Catarina Vasques, viúva do mestre João de Proença, físico do infante D. Pedro, isentando-a do pagamento dos diversos impostos e encargos concelhios, bem como do direito de pousada, privilégio que renovou a 24.7.1451.<sup>12</sup>

Como se pode ver pelas cartas de armas reconhecidas no séc. XVI a membros desta família, os Proença usam um escudo partido, o 1º quartel de verde com uma águia de preto de duas cabeças, estendia e armada de ouro, e o 2º de azul com cinco flores-de-lis de ouro.<sup>13</sup> Como timbre, a mesma águia, apenas de meio corpo e uma só cabeça, estendida e com o bico de ouro.



Armas dos Proença (infografia do autor)

<sup>11</sup> CAV, 35, 23 e 23v.

<sup>12</sup> CAV, 25, 27v; e 11, 117.

<sup>13</sup> Em cartas de armas mais tardias as flores-de-lis aparecem de prata.

## Proposta de reconstituição genealógica

---

1. **Gonçalo Domingues de Proença**<sup>14</sup>, virtual pai dos que seguem. Terá vivido em meados do séc. XIV ou em Proença (a Velha) ou na Covilhã.
  - 1.1. **Vicente Domingues (de Proença)**, vigário da Covilhã, que seguiu o partido da rainha D. Beatriz contra o mestre de Avis e por isso perdeu os seus bens em 1384, como ficou dito.
  - 1.2. **Aires Gonçalves de Proença**, que segue.
  - 1.3. **Ne Gonçalves de Proença**<sup>15</sup>, nascida cerca de 1361, virtual mulher de **Diogo Gonçalves Tavares**, nascido cerca de 1345, possivelmente em Portalegre, que foi alcaide-mor da Covilhã (1383)<sup>16</sup>, onde terá casado. Ainda no reinado de D. Fernando já tinha sido substituído na alcaidaria por Afonso Gomes da Silva, filho do alferes-mor Aires Gomes da Silva. Como ficou dito, terá seguido o partido da rainha D. Beatriz contra o mestre de Avis e por isso perdeu os seus bens em 1384. Alão diz que foi cavaleiro da Ordem de Avis e teve as comendas em que sucedeu seu filho, o que, além de não se documentar, não será verdade, pois o filho é que se documenta como cavaleiro professo da Ordem em que teve as comendas.
    - 1.3.1. **Lopo Dias Tavares**, nascido cerca de 1384 e falecido depois de 1463 e antes de 1475. Nesta hipótese, terá acompanhado seu pai a Castela, sendo então menor, e após a sua morte terá regressado ao reino, onde ingressou na Ordem de Avis. Com efeito, foi cavaleiro professo da Ordem de Avis e nesta ordem comendador de Alpedriz e S. Vicente da Beira. A 8.3.1463 D. Afonso V privilegiou Lopo Dias Tavares, comendador de Alpedriz e de S. Vicente da Beira, concedendo-lhe licença para comprar bens de raiz até à quantia de 5.000 reais de prata, contanto que não seja em reguengos, nem sujeitos a foros e tributos.<sup>17</sup> Não podia casar mas teve filhos, sendo que um deles se documenta havido em *Inez Vicente*, mulher solteira, podendo ou não os outros serem desta mesma mulher.
      - 1.3.1.1. **(L) Maria Tavares**, nascida cerca de 1428, legitimada por carta real. A 6.6.1459 D. Afonso V legitimou Maria Tavares, filha de Lopo Dias Tavares, cavaleiro da Ordem de Avis, comendador de Alpedriz, concedendo-lhe o privilégio de poder herdar os bens de seus pais.<sup>18</sup>
      - 1.3.1.2. **(N) Jorge Tavares**, chantre e cónego da Sé da Guarda, nasceu cerca de 1430 e não foi legitimado, certamente por ser clérigo. Como cónego da Sé da Guarda a 2.2.1453 teve do rei licença para comprar bens de raiz até à quantia de 4.000 reais de prata, contanto que não sejam em reguengos.<sup>19</sup> A 18 de Junho do mesmo ano, sendo referido como secretário do bispo da Guarda, foi-lhe concedida licença real para andar em besta de sela e freio.<sup>20</sup> A 6.4.1462, sendo já chantre da mesma Sé, teve de D. Afonso V uma carta em que o colocava sob sua guarda e protecção.<sup>21</sup> Em *Maria Afonso*, mulher solteira, teve filhos legitimados por carta real.
        - 1.3.1.2.1. **(N) Violante Tavares**, legitimada por carta real de 25.11.1472, sendo o pai referido como Jorge de Tavares, chantre da Sé da cidade da Guarda.<sup>22</sup>
        - 1.3.1.2.2. **(N) Antão Tavares**, legitimado por carta real de 2.6.1480, sendo o pai referido como Jorge de Tavares, chantre da Sé da cidade da Guarda.<sup>23</sup> Pode ser o Antão Tavares que a 13.2.1482 D. João II nomeou juiz dos judeus de Portalegre.<sup>24</sup>

---

<sup>14</sup> Alternativamente podia chamar-se Domingos Gonçalves de Proença.

<sup>15</sup> Alternativamente podia ter usado o patronímico Domingues.

<sup>16</sup> CF<sup>91</sup>, 3, 62v.

<sup>17</sup> CAV, 9, 34.

<sup>18</sup> CAV, 36, 116v.

<sup>19</sup> CAV, 10, 31v.

<sup>20</sup> CAV, 3, 80.

<sup>21</sup> CAV, 1, 68v.

<sup>22</sup> CAV, 29, 228.

- 1.3.1.3. (L) **João Tavares**<sup>25</sup>, nascido cerca de 1433, comendador de Alpedriz e de S. Vicente da Beira na Ordem de Avis. A 12.10.1463 D. Afonso V legitimou João Tavares, filho de Lopo Dias Tavares, cavaleiro, comendador de Alpedriz, e de Inez Vicente, mulher solteira, a pedido de seu pai, que o tinha legitimado por instrumento público de 26 de Setembro desse ano.<sup>26</sup> A 11.4.1475 D. Afonso V privilegiou João Tavares, comendador de Alpedriz e S. Vicente da Beira da Ordem de Avis, concedendo-lhe licença para arrendar as suas comendas, por três anos.<sup>27</sup> A 23.5.1481 o mesmo rei perdoou a justiça régia a João Tavares, comendador de S. Vicente da Beira, morador na vila da Covilhã, e a João de Souza, Lopo Tavares, e Diogo Lopes, seus criados, acusados de terem tirado uma presa a Braz Afonso, ouvidor do duque de Viseu na vila da Covilhã, mediante o perdão das partes, tendo pago João Tavares 1.500 reais e cada um dos seus criados 500 reais.<sup>28</sup> Teve vários filhos naturais, dois deles legitimados por carta real de D. Manuel I, havidos em *Leonor Fernandes*, mulher solteira. Pelo menos os restantes filhos mais velhos não eram certamente desta Leonor.
- 1.3.1.3.1. (N) **Xisto Tavares**, nascido cerca de 1460, conhecido genealogista, abade de St<sup>a</sup> M<sup>a</sup> de Moreira<sup>29</sup>, quartanário<sup>30</sup> e depois meio-cónego da Sé de Lisboa, reformador da Torre do Tombo, falecido em 1525. Teve de D. João III carta de privilégio para andar de mula.<sup>31</sup> Não foi legitimado por carta real, como os irmãos, o que provavelmente se deveu ao facto de ser clérigo.
- 1.3.1.3.2. (N) **Branca Tavares**, que foi a 1<sup>a</sup> mulher de *João de Figueiredo*, nascido cerca de 1460, filho de outro João de Figueiredo, alcaide-mor da Covilhã. Tiveram um filho, Francisco de Figueiredo, que foi clérigo, como tudo já tratei.<sup>32</sup>
- 1.3.1.3.3. (L) **Jorge Tavares**, legitimado por carta real de 13.4.1492.<sup>33</sup>
- 1.3.1.3.4. (L) **António Tavares**, nascido cerca de 1482, legitimado por carta real de 13.4.1492, juntamente com seu irmão<sup>34</sup>, que Alão diz ter sido comendador de Aldeia Nova. Parece ser o António Tavares que foi escrivão dos cativos<sup>35</sup> e inquiridor<sup>36</sup> de Viseu e escrivão da tábola de Coimbra.<sup>37</sup> O certo é que viveu na Covilhã, pelo menos no fim da vida. Casou cerca de 1530 com *Filipa de Proença*, segundo se diz no processo do St<sup>o</sup> Of<sup>o</sup> (1630-1632)<sup>38</sup> de seu neto Francisco de Proença. Esta Filipa de Proença, que vai adiante proposta como sua parente, na carta de armas do dito seu neto aparece já como Ana de Proença de Souza, sendo que Alão a chama Joana de Proença. O neto, Francisco de Proença, cristão-velho, tinha 18 ou 19 anos e era pajem de Manuel da Fonseca, morador em Lisboa, ao Rossio, quando a 18.11.1630 foi preso pela Inquisição de

<sup>23</sup> CAV, 32, 162v.

<sup>24</sup> CJII, 6, 142.

<sup>25</sup> Não se pode confundir este João Tavares com outro João Tavares, cavaleiro da Casa Real, primo deste mas anterior, da linha dos alcaides de Portalegre, que também teve vários filhos naturais, nomeadamente uma Margarida, legitimada por carta real de 26.1.1463 (CAV, 9, 25), como filha de João Tavares, cavaleiro da Casa Real, e de Leonor Gomes, mulher solteira; e um Martinho ou Martim, legitimado por carta real de 20.5.1463, como filho dos mesmos, a pedido de seu pai (CAV, 9, 25).

<sup>26</sup> CAV, 9, 130v.

<sup>27</sup> CAV, 30, 95v.

<sup>28</sup> CAV, 26, 82.

<sup>29</sup> CJIII, 11, 84.

<sup>30</sup> Beneficiado ou clérigo menor que recebia a quarta parte da cóngrua de um cónego.

<sup>31</sup> CJIII, 52, 219v.

<sup>32</sup> Soveral, Manuel Abranches de - "Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004.

<sup>33</sup> L3 de LN, 76v.

<sup>34</sup> L3 de LN, 67v.

<sup>35</sup> CJIII, 6, 68.

<sup>36</sup> CJIII, 6, 68v.

<sup>37</sup> CJIII, 67, 194.

<sup>38</sup> TSO, IL, 5303.

Lisboa, acusado de sodomia, vindo a ser sentenciado a 1.10.1632 a 8 anos de degredo para Angola. Tinha nascido, portanto, cerca de 1611/2, na freguesia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Anunciação de Alcantostas<sup>39</sup>, termo da Covilhã, sendo filho de Diogo de Proença, já falecido em 1632, que tinha tido o ofício de tintureiro<sup>40</sup>, e de sua mulher Catarina Esteves; neto paterno de António Tavares e de sua mulher Filipa de Proença, que viveram na Covilhã, e neto materno de Estêvão Gonçalves e sua mulher Catarina Antunes, que viveram em Alcantostas, todos já falecidos. Tudo indica que não seja um irmão homónimo mas este mesmo Francisco que, regressado do degredo, acabou por ingressar na carreira militar, sendo capitão de Infantaria e morador na sua quinta de Oeiras, termo de Lisboa, quando a 9.5.1651, teria 39 ou 40 anos, já como Francisco Tavares da Costa e Cunha, teve carta de armas para Tavares, Costa, Proença e Cunha.<sup>41</sup> Nesta carta de armas é dito filho de Diogo de Proença Tavares<sup>42</sup>, natural da Covilhã e morador em Sabugal de Alcantosta, e sua mulher Catarina Esteves da Cunha; neto paterno de António Tavares e sua mulher Ana de Proença de Souza; e bisneto de João Tavares, comendador de S. Vicente da Beira e Alpedrinha.

1.3.1.3.5. (N) **Maria Tavares**, segundo Alão, que a diz casada com **Francisco Falcão**, que parece ser o Francisco Falcão, cavaleiro da Ordem de Cristo, que a 23.1.1539 teve carta de armas para Falcão<sup>43</sup> e que deve ser o homónimo que era moço da câmara da Casa do infante D. Duarte (filho de D. Manuel I).<sup>44</sup>

1.3.1.3.6. (N) **Beatriz Tavares**, que casou com seu primo **Gaspar Correa**, comendador de S. Martinho de Freixedas (Pinhel)<sup>45</sup>, que talvez seja ainda o homónimo que foi tabelião de Seia<sup>46</sup> e moço da câmara da Casa Real.<sup>47</sup> Como já expliquei<sup>48</sup>, era certamente filho de Egas Correa, também comendador de S. Martinho de Freixedas, e portanto bisneto de João Afonso de Proença e sua mulher Isabel Botelho Correa, referidos adiante. C.g. que já tratei.<sup>49</sup>

1.3.1.4. (L) **Isabel Tavares**, nascida cerca de 1436, legitimada com o irmão João por carta real de 12.10.1463, sendo então já casada com **Vasco Anes**, escudeiro da Casa Real.<sup>50</sup>

1.3.1.5. (N) **Lopo Tavares**, nascido cerca de 1440, que foi monteiro da Covilhã e era aleijado, tendo sido criado por seu irmão João. A 3.3.1459 D. Afonso V doou a Lopo Tavares,

<sup>39</sup> Hoje uma freguesia do Fundão.

<sup>40</sup> Há que entender a referência ao ofício de tintureiro mais como ao que hoje chamaríamos um industrial têxtil, indústria que teria herdado dos sogros, pois exerceu-a em Alcantostas no séc. XVI, onde eles tinham vivido.

<sup>41</sup> CJIV, 2, 233. Com uma brica verde carregada com um trifólio de prata por diferença.

<sup>42</sup> Alão não refere a António Tavares este filho Diogo, que se documenta, referindo apenas Rui Dias e Lopo Dias Tavares, que diz terem ido para a Índia, e D. Briolanja Tavares, casada com Fernão Lopes, desembargador da Casa da Suplicação e depois com Manuel Tavares Coutinho, almoxarife da Alfândega. Dada a cronologia, Diogo de Proença Tavares devia ter sido o mais novo e tardio dos filhos de António Tavares, nascido lá para 1547, teria seu pai já cerca de 65 anos. Sendo que ele, por sua vez, também terá casado tarde e tido o seu filho Francisco ainda mais tarde, pois este nasceu em 1611/12, teria seu pai, Diogo de Proença, também cerca de 65 anos. É assim bem possível que António Tavares tenha casado duas vezes, tendo do 1º casamento, com mulher que se desconhece, os filhos indicados por Alão, e do 2º casamento com Filipa de Proença, nascida cerca de 1506/10, outros filhos, nomeadamente Diogo de Proença Tavares.

<sup>43</sup> CJIII, 27, 2. Nesta carta de armas diz-se filho de Fernão Falcão, também cavaleiro da Ordem de Cristo, e neto de Álvaro Fernandes de Brito e sua mulher Isabel Falcão, sendo esta filha de Vicente Anes Falcão, *fidalgo muito honrado e do tronco desta geração*.

<sup>44</sup> HGCRP, Provas.

<sup>45</sup> CJIII, 48, 11v.

<sup>46</sup> Chancelaria de D. Sebastião, D. Henrique e D. António, 39, 101v.

<sup>47</sup> Gaspar Correa, moço da câmara da Casa Real, com 406 reais de moradia por mês e três quartas de cevada por dia, como consta no Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III (HGCRP, Provas), onde se diz que antes foi de Jorge de Mello, mestresala.

<sup>48</sup> Soveral, Manuel Abranches de - *Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*, Porto 2004.

<sup>49</sup> *Ib.*

<sup>50</sup> CAV, 9, 130v.

moço do monte (monteiro) da Covilhã, aleijado, uma tença anual de 4.000 reais de prata.<sup>51</sup> Em 1481 é referido como criado de João Tavares (seu irmão), como ficou referido acima. Não foi legitimado, talvez devido à sua deficiência.

- 1.3.1.6. **(N) Afonso Tavares**, escudeiro fidalgo da Casa Real, alcaide-mor de Coimbra, vedor dos vassallos da Guarda, recebedor, escrivão do almoxarifado e da dízima dos portos desta comarca, etc. Nasceu cerca de 1443 e faleceu depois de 1511, também não legitimado, mas neste caso não se entende porquê. Em 1463, quando da legitimação dos irmãos João e Isabel, Afonso era escudeiro do conde de Monsanto. Será que o era contra a vontade de seu pai, o comendador João Tavares? Com efeito, a 1.6.1463 D. Afonso V doou a Afonso Tavares, escudeiro do conde de Monsanto, os bens que eram pertença de Pedro Afonso, morador na vila de Monsanto, que os perdera por ir para Castela.<sup>52</sup> A 10.11.1464 o mesmo rei doou a Afonso Tavares, escudeiro do conde de Monsanto, os bens móveis e de raiz que pertenceram a Gonçalo Afonso e a Isabel Fernandes, moradores na Covilhã, que os perderam por terem partido para Castela sem licença régia.<sup>53</sup> A 16.9.1466 nomeou Afonso Tavares, escudeiro do conde de Monsanto, para o cargo de escrivão do almoxarifado da cidade da Guarda, em substituição de Álvaro Fernandes, que renunciara.<sup>54</sup> A 20.2.1475, ainda escudeiro do conde de Monsanto, teve mercê real de coudel da Guarda, em substituição de Álvaro Monteiro<sup>55</sup>, e a 28.8.1475, sendo escrivão do almoxarifado da Guarda, o cargo de vedor dos vassallos d'el rei na dita cidade e seu almoxarifado.<sup>56</sup> Afonso Tavares foi ainda recebedor (5.10.1475)<sup>57</sup> e escrivão das sisas e almoxarifado da Guarda (14.12.1483)<sup>58</sup>, sendo confirmado nos cargos a 11.3.1596 por D. Manuel I, com o mantimento, próis e percalços aos officios diretamente ordenados.<sup>59</sup> A 10.10.1475 teve uma tença real de 1.500 reais de prata.<sup>60</sup> A 25.4.1484 foi coudel de Valhelhas (Guarda) por D. João II<sup>61</sup> e a 19.6.1484 este rei aforou-lhe um chão na judiaria da Guarda.<sup>62</sup> Foi depois, sendo escudeiro d'el rei e escrivão do almoxarifado da Guarda, escrivão da dízima dos portos da comarca da Beira, cargo em que, por sua renúncia, sucedeu a 12.8.1500 seu genro Lopo Rodrigues, escudeiro da Casa Real, como se diz adiante. No fim da vida, Afonso Tavares era alcaide do castelo de Coimbra quando a 29.9.1511 teve privilégio de vizinho desta cidade.<sup>63</sup> Casou cerca de 1470 com *(Maria) de Figueiredo*, filha de Gonçalo Monteiro, almoxarife da cidade da Guarda, e de sua mulher (Maria) de Figueiredo. Gonçalo Monteiro devia ser (como o filho Álvaro Monteiro e como o genro) escudeiro do conde de Monsanto. A 28.9.1450 D. Afonso V doou a Gonçalo Monteiro, almoxarife da cidade da Guarda, todos os bens móveis e de raiz que pertenceram a Nuno Álvares, sequiteiro (sic) do infante D. Pedro, que os perdeu por ter estado na batalha de Alfarrobeira ao lado do dito infante.<sup>64</sup> A 12.5.1451 o mesmo rei fez quitação a Gonçalo Monteiro, almoxarife da cidade da Guarda, de 1.104.218 reais de prata das rendas, direitos e pedidos do ano de 1449.<sup>65</sup> A 6.2.1462 nomeou Fernão Lopes, escudeiro de D. Fernando, e a seu pedido, como almoxarife das rendas régias e direitos do almoxarifado

<sup>51</sup> CAV, 36, 14v.

<sup>52</sup> CAV, 9, 84v.

<sup>53</sup> CAV, 8, 42.

<sup>54</sup> CAV, 38, 63v.

<sup>55</sup> CAV, 30, 5.

<sup>56</sup> CAV, 30, 63.

<sup>57</sup> CAV, 30, 156v.

<sup>58</sup> CII, 25, 5.

<sup>59</sup> CMI, 32, 129.

<sup>60</sup> CAV, 30, 5.

<sup>61</sup> CII, 23, 112.

<sup>62</sup> CII, 23, 140.

<sup>63</sup> CMI, 41, 66.

<sup>64</sup> CAV, 11, 49.

<sup>65</sup> CAV, 11, 47 e 47v.

da Guarda, da sisa régia dos panos que chegavam de Castela, em substituição de Gonçalo Monteiro, pai de João Monteiro, que renunciara.<sup>66</sup> A 8.4.1466 perdoou a justiça régia a Gil Monteiro, João Monteiro, Lopo Rodrigues, Gonçalo Monteiro e Fernando Álvares, moradores em Monsanto, culpados na fuga da prisão de Luiz Freire, morador em Cabeça de Vide, tendo pago 1.500 reais para a Piedade.<sup>67</sup> Estes Monteiro e os restantes (incluindo Lopo Rodrigues, referido adiante, que casaria com uma filha de Afonso Tavares e neta de Gonçalo Monteiro) seriam todos criados e escudeiros do conde de Monsanto, com quem viviam nesta vila.

1.3.1.6.1. **João Tavares**, nascido cerca de 1471, escudeiro fidalgo da Casa Real, que em 1521 teve com seu irmão Álvaro mercê de vários bens em Oliveira do Conde e foi monteiro-mor de Coimbra no reinado de D. Manuel<sup>68</sup>, confirmado por D. João III<sup>69</sup>, recebedor das sisas da Guarda<sup>70</sup>, escrivão da viagem da Mina e guarda da Casa da Índia.<sup>71</sup> Não parece ter casado, devendo ser o João Tavares, escudeiro, então morador em Teixoso, termo da Covilhã, quando a 12.11.1500 foi legitimado por carta real seu filho Gaspar Tavares, havido em Joana Martins, mulher solteira.<sup>72</sup>

1.3.1.6.2. **Tristão Tavares**, escudeiro fidalgo das Casa Real<sup>73</sup>, que foi escrivão da feitoria de S. Jorge da Mina.<sup>74</sup> Segundo uma justificação de nobreza (1694) de um seu descendente, quer este Tristão Tavares quer seu filho homónimo tinham o cargo “*de Copeiros do Rey de Portugal*”, enquanto outras testemunhas dizem que “*tinham o cargo de Porteiros do Paço de El-Rei de Portugal*”. Não encontrei estas nomeações, mas nas Moradias aparecem um Tristão e um Pedro Tavares que foram porteiros das damas da Casa Real, que são certamente os seus filhos destes nomes. Casou cerca 1498 com sua prima **Leonor Monteiro de Carvalho**, nascida cerca de 1481, filha de Rui de Carvalho, de St<sup>a</sup> Eulália de Seia, onde possivelmente já era senhor da quinta do paço de St<sup>a</sup> Eulália, grande prazo da Ordem de Cristo que aparece na posse de seu neto, e de sua mulher Leonor Monteiro, irmã de Álvaro Monteiro<sup>75</sup>, fidalgo da Casa do duque de Viseu, senhor da quinta de Quintela, no lugar de Vila Nova (Taruca), tabelião do Porto, etc., ambos filhos de Gonçalo Monteiro<sup>76</sup>, também fidalgo da Casa do duque de Viseu, tabelião de Tarouca, etc., que era primo-direito de Gonçalo Monteiro, almoxarife da cidade da Guarda, referido acima. C.g. nomeadamente nos Monteiro Tavares de Carvalho / Soares de Albergaria, da quinta do Paço de St<sup>a</sup> Eulália e da casa Midões, e nos Tavares, morgados de Galizes.

<sup>66</sup> CAV, 37, 70v. Este Fernão Lopes parece também casado com uma filha de Gonçalo Monteiro e antecedeu no cargo Afonso Tavares, nomeado a 14.12.1483, como ficou dito. Fernão Lopes e Afonso Tavares seriam portanto conchunhados.

<sup>67</sup> CAV, 14, 58v.

<sup>68</sup> A 23.4.1520 o monteiro-mor João Tavares passou recibo de que recebeu 220 reais de Rui de Sá Pereira, almoxarife de Coimbra. CC, II, 89, 19.

<sup>69</sup> CJIII, 14, 194.

<sup>70</sup> CJIII, 3, 10.

<sup>71</sup> CJIII, 71, 59.

<sup>72</sup> CMI, 1 de Leg., 76v.

<sup>73</sup> Consta como tal na nomeação para S. Jorge da Mina. Antes foi moço da câmara da Casa Real, com 406 reais de moradia por mês e ¼ de cevada por dia, como consta no Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III (HGCRP, Provas), onde se diz que antes foi da Casa da rainha.

<sup>74</sup> CJIII, 40, 256.

<sup>75</sup> Álvaro Monteiro foi coudel da Guarda de 1472 até 20.2.1475 (data em que lhe sucedeu Afonso Tavares). Álvaro Monteiro, que era então escudeiro do conde de Monsanto, foi a 10.1.1475 nomeado para o cargo de recebedor da sisa régia das távolas do haver do peso da cidade de Lisboa, em substituição de Lopo Afonso, que renunciara. A 6.3.1468 D. Afonso V privilegiou Pedro Afonso, acontiado em besta de polé, morador em S. Pedro de Rio Seco, termo da vila de Castelo Bom, a pedido de Álvaro Monteiro, reposteiro régio, concedendo-lhe aposentação sem ter atingido a idade de 70 anos.

<sup>76</sup> Gonçalo Monteiro, morador em Tarouca, a quem a 25.3.1454 D. Afonso V privilegiou, concedendo-lhe licença para que possa andar de besta muar de sela e freio. Seria então recém-casado, tendo nascido cerca de 1429. Ainda vivia a 12.2.1500, data em que Gonçalo Monteiro, tabelião de Tarouca, fez um instrumento de perdão que Martim Afonso, morador em Quintela, termo de Tarouca, concedeu a Estêvão Gonçalves, também aí morador.

- 1.3.1.6.3. **Álvaro Tavares**, escudeiro, morador em Oliveira do Conde, que a 25.1.1504 foi nomeado almoxarife do almoxarifado e direitos reais de Viseu, em substituição de Lopo da Fonseca, que cometeu erros e falsidades.<sup>77</sup> Deste foi filho outro Álvaro Tavares, também escudeiro e morador em Oliveira do Conde. O vigário-geral da diocese de Viseu a 27.2.1558 deu sentença a favor de Nuno Martins da Silveira, do Conselho d'el rei, contra Álvaro Tavares, escudeiro, morador em Oliveira do Conde, considerando Nuno Martins o único padroeiro da igreja de S. Pedro de Oliveira do Conde.<sup>78</sup> Deste Álvaro foi filho Pedro Tavares, morador em Oliveira do Conde com sua mulher Maria Ferreira, pais de Manuel Tavares, também aí morador com a mulher Maria Fernandes. Destes foram filhos Domingos Tavares, tabelião e escrivão (proprietário) das notas, órfãos, público e judicial de Oliveira do Conde e Currelos (28.4.1664)<sup>79</sup>, e Domingas Tavares, nascida a 6.4.1637 em Oliveira do Conde e falecida a 4.11.1694, ib, que casou em 1652, ib, com João de Soveral<sup>80</sup>, moço da câmara da Casa Real (18.3.1644), capitão da Ordenança de Oliveira do Conde, 2º senhor da casa da Torre, em Oliveira do Conde, 3º senhor da casa da Deveza de Alvarelhos, etc., nascido em 1624 em Alvarelhos e falecido a 31.1.1693 em Oliveira do Conde, com c.g. nos Soveral Tavares.<sup>81</sup>
- 1.3.1.6.4. **(Maria) Tavares**, nascida cerca de 1479, que casou com **Lopo Rodrigues**, escudeiro da Casa Real, que a 12.8.1500 sucedeu a seu sogro como escrivão da sisa e dízima dos portos da comarca da Beira<sup>82</sup>, sendo confirmado no cargo a 26.3.1506, com 4.000 reais de mantimento.<sup>83</sup> Assim, Afonso Tavares, escudeiro d'el rei, que detinha as escrivatinhas da sisa dos portos da comarca da Beira e a do almoxarifado da Guarda, ficou apenas encarregado da respeitante ao dito almoxarifado. A outorga foi devida a petição do beneficiário, que alegou que os recebimentos relativos aos portos da comarca da Beira andavam misturados com os do almoxarifado da Guarda, o que implicava muito serviço e muitos negócios a serem abrangidos, e se lucraria mais entregando a escrivatinha da comarca ao seu genro, Lopo Rodrigues. Como também já ficou dito, este Lopo Rodrigues é certamente o que, com outros, nomeadamente Gonçalo Monteiro e seu filho João Monteiro, a 8.4.1466 teve perdão real por ser culpado na fuga da prisão do castelo de Monsanto de Luiz Freire. Seria então ainda muito novo e certamente criado do conde de Monsanto, com quem vivia nesta vila, tendo nascido lá para 1451, pelo que era bem mais velho do que a mulher. Foram certamente os pais, entre outros, de:
- 1.3.1.6.4.1. **João Lopes Tavares**, nascido cerca de 1507, ouvidor do rei em Vila Real, que casou cerca 1542 com sua prima **Maria de Proença Botelho**,

<sup>77</sup> CMI, 35, 69v.

<sup>78</sup> Arquivo da Casa de Abrantes.

<sup>79</sup> CAVI, 27, 422. Casou em 1657 com Inez de Ilharco, b. a 4.2.1631 em Oliveira do Conde, filha herdeira de João de Ilharco e sua mulher Isabel de Azevedo. A 30.10.1643 esta Inez de Ilharco tinha tido mercê de, por morte de seu pai, a propriedade do ofício de tabelião do público, judicial e notas de Oliveira do Conde ficar para quem com ela casasse. Por morte de Domingos Tavares, sucedeu-lhe como tabelião (proprietário) o genro, Dr. Manuel Ferraz da Fonseca, e a este, por compra, em 1737, um sobrinho-neto de Domingos Tavares, o Dr. Manuel de Soveral Tavares, neto de sua irmã Domingas (referida no texto), que foi alferes da Ordenança de Oliveira do Conde e Currelos e bacharel em Leis habilitado ao serviço de Sua Majestade (1737).

<sup>80</sup> Filho de outro João de Soveral, cavaleiro fidalgo da Casa Real (21.3.1646), capitão da Ordenança de Oliveira do Conde, 1º senhor da casa da Torre, em Oliveira do Conde, 2º senhor da casa da Deveza de Alvarelhos, etc., e de sua mulher Luiza da Fonseca, irmã de António de Brito da Costa, capitão-mor de Oliveira do Conde, que integrou a Companhia dos Leões da Beira, capitaneada por seu primo Braz Garcia Mascarenhas. Vide Soveral, Manuel Abranches de - "Ascendências Viseenses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004; e Soveral, Manuel Abranches de; e Varella, Luís de Soveral - "Os Soveral Tavares. Subsídios para a sua Genealogia", Porto 1985.

<sup>81</sup> Soveral, Manuel Abranches de - "Ascendências Viseenses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004; e Soveral, Manuel Abranches de; e Varella, Luís de Soveral - "Os Soveral Tavares. Subsídios para a sua Genealogia", Porto 1985.

<sup>82</sup> CMI, 12, 38v e 39.

<sup>83</sup> CMI, 44, 13v.

neta de Aires Botelho e bisneta de João Afonso de Proença, referidos adiante. C.g. nos já referidos Monteiro Tavares de Carvalho / Soares de Albergaria, e nos Correa Botelho e Alarcão e Albuquerque (ver adiante).

- 1.3.1.7. (N) **Jorge Tavares**, escudeiro fidalgo da Casa Real, que a 12.4.1483 foi nomeado escrivão do almoxarifado de Algés.<sup>84</sup> Teve dois filhos naturais, Francisco e Guiomar, legitimados a 2.8.1487 por carta de D. João II.<sup>85</sup>
2. **Aires Gonçalves de Proença**, nascido cerca de 1359, que viveu na Covilhã e seguiu o partido da rainha D. Beatriz contra o mestre de Avis e por isso perdeu os seus bens, que a 10.9.1384 foram doados a Fernão Velho, cavaleiro da Ordem de Santiago.<sup>86</sup> D. João I refere nesta carta que lhe doa *“todos os bens movees e de raiz que vicente dominguez vigairo de coujllaã e diego gonçallez e airas gonçallez de proença aujam na dicta ujlla e em outros quaãsquere lugares, os quaães os perderam por serem em deserujço destes regnos”*. Não sei com quem casou, mas tudo indica que terá casado já regressado de Castela. Como os seus propostos netos aparecem na região de Arouca / Castro Daire / Vila Nova de Paiva / Tarouca, é de supor que os seus dois putativos filhos aí tenham vivido. O que se explicaria se Aires Gonçalves de Proença tivesse regressado não à Covilhã, onde já não tinha bens, mas a esta região, donde teria casado. O facto de alguns dos propostos netos não se documentarem com o nome Proença pode justificar-se pelo hábito do uso, mesmo em documentação oficial, do nome e patronímico apenas, que muitas vezes se verifica em pessoas que tanto aparecem só assim como com o nome da linhagem.
- 2.1. **Afonso Gonçalves (de Proença)**, que segue.
- 2.2. **Domingos Aires**<sup>87</sup> (de Proença), nascido cerca de 1389, virtual pai de:
- 2.2.1. **João Domingues**, nasceu cerca de 1412 e faleceu em 1453. D. Afonso V nomeou a 25.1.1439 João Domingues, morador em Parada, para os cargos de escrivão dos órfãos, dos resíduos e da Câmara dos julgados de Parada, Moçom (sic), Cabril e Alvarenga. E a 23.9.1450 nomeou novamente João Domingues, morador em Parada, para o cargo de escrivão dos órfãos, dos resíduos e da Câmara dos julgados de Parada, Moçom (sic), Cabril, Alvarenga e seus termos. Como digo adiante, em 1453, por sua morte, foi substituído no cargo por Álvaro de Proença.
3. **Afonso Gonçalves (de Proença)**, nascido cerca de 1387, escudeiro de Diogo Gomes da Silva<sup>88</sup>, que foi coudel de Castro Daire e outras terras, e escrivão das sisas dos vinhos de Mões, Parada, Cabril<sup>89</sup> e Alvarenga.<sup>90</sup> A 29.3.1435 D. Duarte nomeou *“afonso gllz escudeiro de d.go gomez da sillua”* para o cargo de coudel de Moçom (sic), Castro Daire, Mões, Vila Cova à Coelheira, Pendilhe, Alhais, Fráguas<sup>91</sup>, terra de Cota<sup>92</sup>, e terra de Alva.<sup>93</sup> A 11.6.1439 D. Afonso V confirmou Afonso Gonçalves no cargo de escrivão das sisas de Parada, Cabril, Alvarenga e Mões, para que tinha sido nomeado por D. Duarte a 3.1.1434. A 1.4.1455 o mesmo rei nomeou Diogo Brandão<sup>94</sup>, tabelião, morador em Arouca, para o cargo de escrivão das sisas de Parada, Cabril, Alvarenga e Mões, em substituição de Afonso Gonçalves<sup>95</sup>, sendo que a 25.5.1463 voltou a nomear Diogo Brandão, morador na vila de Arouca, para o cargo de escrivão das sisas dos concelhos de Parada, Cabril, Alvarenga e Mões, em substituição de

---

<sup>84</sup> CJII, 24, 71.

<sup>85</sup> CJII, 20, 148.

<sup>86</sup> CJI, 1, 59.

<sup>87</sup> Também podia ser Domingos Gonçalves.

<sup>88</sup> Este Diogo Gomes da Silva é certamente o senhor de Vila Nova de Foz Côa e Moçom, 2º senhor de Nespereira (1427), que foi pai Rui Gomes da Silva, 1º senhor de Ulme (6.7.1449).

<sup>89</sup> Mões, Parada, Cabril são hoje freguesias do concelho de Castro Daire.

<sup>90</sup> Hoje freguesia do concelho de Arouca.

<sup>91</sup> Vila Cova à Coelheira, Pendilhe, Alhais e Fráguas são hoje freguesias do concelho de Vila Nova de Paiva.

<sup>92</sup> Hoje freguesia do concelho de Viseu.

<sup>93</sup> Hoje freguesia do concelho de Castro Daire.

<sup>94</sup> É possível que este Diogo Brandão fosse casado com uma filha de Afonso Gonçalves, pois também sucedeu em 1463 a Álvaro de Proença como escrivão das sisas de Parada, Cabril, Alvarenga e Mões. Era filho de Pedro Brandão, tabelião do civil e crime nos julgados de Arouca e Alvarenga, a quem sucedeu a 6.11.1454.

<sup>95</sup> Esta substituição foi passageira, pois mais tarde o cargo aparece em Álvaro de Proença.

Álvaro de Proença, escudeiro, morador em Vouga, que renunciara.<sup>96</sup> Este Diogo Brandão - que era filho de Pedro Brandão, tabelião do cível e crime nos julgados de Arouca e Alvarenga, a quem sucedeu a 6.11.1454<sup>97</sup> -, muito provavelmente era casado com uma filha de Afonso Gonçalves e cunhado de Álvaro (Gonçalves) de Proença. Em alternativa, Afonso Gonçalves podia ter casado com uma irmã de Diogo Brandão, que assim seria tio de Álvaro (Gonçalves) de Proença. Como ficou dito, a hipótese de este Afonso Gonçalves, que não se documenta como Proença, ser filho de Aires Gonçalves de Proença, de quem assim manteve o patronímico, resulta da existência de dois Proença com o patronímico Afonso na cronologia da geração seguinte e da existência, na mesma cronologia destes, de um Álvaro (Gonçalves) de Proença que também foi escrivão das sisas de Parada, Cabril, Alvarenga e Mões. Não sei com quem casou, mas possivelmente a mulher era de Mondim da Beira (Tarouca), onde um dos propostos filhos herdou o padroado e dízimos da igreja. Como ficou dito acima, é possível que sua mulher fosse irmã de Diogo Brandão, morador em Arouca, tabelião do cível e crime nos julgados de Arouca e Alvarenga, cargo em que sucedeu a seu pai Pedro Brandão em 1454.

- 3.1. **João Gonçalves**, que sucedeu no cargo a seu proposto primo João Domingues. A 26.8.1453 D. Afonso V nomeou João Gonçalves, de Castro Daire, para o cargo de escrivão dos órfãos e dos resíduos nos julgados de Parada, Moçom (sic), Cabril e Alvarenga, em substituição de João Domingues, que morrera. Como seu proposto irmão Álvaro foi nomeado para este cargo menos de dois meses depois, sem referência a este João, terá falecido entretanto, sem tomar posse.
- 3.2. **Álvaro (Gonçalves) de Proença**, nascido cerca de 1410 e falecido em 1468, escudeiro, vassalo da Casa Real, que aparece como criado de Diogo Lopes de Souza e do infante D. Pedro e foi viver para Vouga<sup>98</sup>, onde em 1443 foi nomeado coudel. Como Álvaro Gonçalves de Proença a 23.12.1453 foi nomeado para o cargo de escrivão dos órfãos, resíduos e da Câmara do julgado de Parada, Moçom (sic), Cabril e Alvarenga em substituição de João Domingues, que morrera.<sup>99</sup> E a 25.5.1463, como já ficou dito, D. Afonso V nomeou Diogo Brandão, morador na vila de Arouca, para o cargo de escrivão das sisas de Parada, Cabril, Alvarenga e Mões, em substituição de Álvaro de Proença, escudeiro, morador em Vouga, que renunciara.<sup>100</sup> Não encontrei a nomeação para escrivão das sisas, em que terá sucedido a seu proposto pai, muito embora, como também ficou dito, Diogo Brandão tenha sido nomeado escrivão das sisas de Alvarenga em 1455, em substituição de Afonso Gonçalves, substituição esta que foi portanto temporária. Como escrivão dos órfãos, resíduos e da Câmara, sucedeu menos de dois meses depois de seu proposto irmão João Gonçalves ser nomeado para o mesmo cargo, sem que este seja referido, pelo que terá falecido sem tomar posse. Como criado e escudeiro de Diogo Lopes de Souza, o 1º senhor de Miranda do Corvo que foi mordomo-mor de D. Duarte, terá andado com ele nas campanhas militares e na corte, documentando-se a 1ª vez a 8.2.1443, teria já 33 anos, quando D. Afonso V nomeou por cinco anos Álvaro de Proença, escudeiro, criado de Diogo Lopes de Souza, para o cargo de coudel de Miranda, Podentes e Vouga, em substituição de Luiz Anes, também escudeiro de Diogo Lopes de Souza.<sup>101</sup> Passou então a viver em Vouga. A 27.9.1445 o mesmo rei nomeou por cinco anos Antão Rodrigues, escudeiro de Diogo Lopes de Souza, para o cargo de coudel de Miranda, em substituição de Álvaro de Proença, que não podia servir no dito ofício.<sup>102</sup> Passou depois para o serviço do infante D. Pedro, com quem esteve na batalha de Alfarrobeira, sendo tabelião do cível e crime do arcediagado de Coimbra e seus termos, pois a 26.5.1450 D. Afonso V nomeou Afonso Anes, escudeiro do bispo de Coimbra, para aquele cargo, em substituição de Álvaro de Proença, criado do infante D. Pedro, morador em Vouga, que fora destituído do cargo por combater o monarca.<sup>103</sup> E a 28.5.1451 o mesmo rei perdoou a pena corporal e a infâmia, por ter participado na batalha de Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro, a Álvaro de Proença, vassalo,

<sup>96</sup> CAV, 9, 72v.

<sup>97</sup> CAV, 10, 111.

<sup>98</sup> Antigo concelho, hoje correspondente a Águeda.

<sup>99</sup> CAV, 10, 52.

<sup>100</sup> CAV, 9, 72v.

<sup>101</sup> CAV, 27, 68.

<sup>102</sup> CAV, 25, 39.

<sup>103</sup> CAV, 34, 95.

morador no Vouga, restituindo-lhe toda a sua honra e fama, e concedeu-lhe todos os privilégios e liberdades, bem como o autorizou a exercer qualquer ofício público e a suceder por testamento.<sup>104</sup> Foi portanto tomado como vassalo do rei, embora a 12.1.1452 D. Afonso V o refira apenas como Álvaro de Proença, escudeiro, morador em Vouga, quando o nomeou para o cargo de tabelião do cível e crime no arcediago do Vouga e seu termo, em substituição de Afonso Anes, que o perdeu por não ter registado o seu sinal na Chancelaria.<sup>105</sup> Mas a 28.10.1463 D. Afonso V já o refere como Álvaro de Proença, seu vassalo, morador no lugar de Vouga, quando o nomeou para o cargo de tabelião do cível e crime nesse lugar e seu termo, em substituição de Antão Vasques e de João Alemão, que morreram.<sup>106</sup> A 30.10.1463 nomeou, por três anos, Álvaro de Proença, seu vassalo, do lugar de Vouga, para o cargo de escrivão da Câmara e dos órfãos do dito lugar, em substituição de Antão Vasques, que morrera.<sup>107</sup> Finalmente, a 12.8.1468 nomeou Vasco Afonso, morador em Igreja, termo da vila de Vale Longo, para os cargos de tabelião do crime e cível e escrivão dos órfãos na dita vila e seu termo, em substituição de Álvaro de Proença, que morrera.<sup>108</sup> Este é certamente o Álvaro de Proença, “*fidalgo do tronco desta geração*”, referido na carta de armas (19.7.1542) para Proença de seu bisneto Belchior de Proença, escudeiro fidalgo da Casa do cardeal D. Henrique e guarda-roupa do príncipe de Piemonte. Nesta carta diz-se filho de Luiz de Proença, natural da Guarda, neto de Antão Luiz de Proença e bisneto de Álvaro de Proença. Mas o nome Antão Luiz de Proença não se aceita, nesta época, para um filho de Álvaro de Proença, pelo que o mais provável é que tenha havido aqui a ocultação de uma quebra de varonia e uma filha de Álvaro de Proença tenha casado com um Antão Luiz. Até porque existe um escrivão da corte de D. Manuel I que se chamou exactamente Antão Luiz. E até podemos saber o nome da mulher deste Antão Luiz, pois a 20.9.1536 tirou carta de armas para Proença um Afonso de Proença, também cavaleiro da Casa do cardeal infante e seu mordomo e aposentador, na qual carta consta apenas como filho de Catarina de Proença, “*a qual como seus avós foram do tronco desta geração*”. Ora, parece evidente que este Afonso era tio de Belchior, pelo que o antedito escrivão da corte Antão Luiz terá casado justamente com Catarina de Proença, filha de Álvaro de Proença.

3.2.1. **Catarina de Proença**, nascida cerca de 1448, que, como ficou dito, casou com **Antão Luiz**, escrivão da corte de D. João II<sup>109</sup> e D. Manuel I.<sup>110</sup>

3.2.1.1. **Afonso de Proença**, cavaleiro fidalgo da Casa do cardeal infante D. Henrique e seu mordomo e aposentador. Como disse, a 20.9.1536 tirou carta de armas para Proença, com uma brica de prata por diferença.<sup>111</sup> A 28.3.1538 o cardeal-infante mandou ao seu tesoureiro para que, do que Afonso de Proença, mordomo, há-de pagar da renda de Alcobaça, lhe tome em pagamento 5.000 reais que pagou pelas casas que habitava frei André de Resende.<sup>112</sup> Terá nascido cerca de 1469, pelo que deve ser também o Afonso de Proença, homem do seu tesouro, a quem D. Manuel I deu provisão ao recebedor do seu tesouro, a 6.10.1515, para que recebesse 1.029 reais de sua vestimenta.<sup>113</sup>

3.2.1.2. **Luiz Álvares de Proença**, cavaleiro fidalgo da Casa do cardeal infante D. Henrique e seu guarda-roupa, nascido na Guarda cerca de 1470 e falecido depois de 1541. A 18.4.1540 o cardeal infante ordenou ao seu tesoureiro não constrangesse Francisco Dias e Gregório Fernandes, rendeiros de Serpa e Moura, por 40.000 reais que a estes devia Luiz Álvares de Proença, seu guarda-roupa, por o dito senhor lhas quitar por mercê.<sup>114</sup> A 26.7.1451 D. João III mandou André Rodrigues de Beja levar em conta a

<sup>104</sup> CAV, 11, 78v.

<sup>105</sup> CAV, 12, 141.

<sup>106</sup> CAV, 9, 157v.

<sup>107</sup> CAV, 8, 20.

<sup>108</sup> CAV, 28, 79v.

<sup>109</sup> Na Chancelaria de D. Manuel refere-se uma carta de D. João II feita em Lisboa pelo escrivão Antão Luiz a 10.12.1491.

<sup>110</sup> Aparece várias vezes na Chancelaria de D. Manuel entre 1490 (32, 56) e 1499 (14, 11).

<sup>111</sup> CJIII, 12, 120v.

<sup>112</sup> CC, I, 61, 20.

<sup>113</sup> CC, II, 61, 20.

<sup>114</sup> CC, I, 67, 70.

Gonçalo Pires, rendeiro que foi do mosteiro de Águas Santas, que pertencia ao cardeal infante, 8.000 reais que fez mercê a Luiz Álvares de Proença, guarda-roupa do dito senhor cardeal infante.<sup>115</sup> É certamente o Luiz de Proença referido como natural da Guarda na carta de armas de seu filho Belchior de Proença, escudeiro fidalgo da Casa do cardeal infante D. Henrique e guarda-roupa do príncipe de Piemonte<sup>116</sup>, que a 19.7.1542 teve carta de armas para Proença, com um trifólio de ouro picado de vermelho por diferença.<sup>117</sup> A 10.3.1540 o cardeal infante ordenou ao seu tesoureiro que desse a Belchior de Proença, criado do príncipe de Piemonte, 20 cruzados de que lhe fez mercê.<sup>118</sup> Este Belchior nasceu cerca de 1500 e já tinha pelo menos um filho a 28.7.1547, pois desta data existe uma carta de Lambert de Saugre pedindo ao rei a mercê de 50 cruzados por ano para o filho de Belchior de Proença, em remuneração dos serviços que este havia feito à infanta e ao duque, seu pai.<sup>119</sup>

- 3.2.2. **Luiz Álvares de Proença**, nascido cerca de 1450 e falecido depois de 1538, que tudo indica ser filho de Álvaro (Gonçalves) de Proença e tio de Afonso e Luiz Álvares. Foi capelão e escrivão da câmara do cardeal infante D. Henrique e beneficiado nas igrejas de S. Salvador de Santarém e Stº Estêvão de Alenquer. A 3.8.1529 o cardeal infante mandou que se perdoasse a Luiz de Proença os direitos que havia de pagar da confirmação de sua ração em Stº Estêvão de Alenquer.<sup>120</sup> A 11.10.1529 D. Garcia de Menezes, vedor da fazenda do cardeal, ordenou a Jorge de Carvalho, recebedor da chancelaria do dito senhor, que desse a Luiz Álvares de Proença seis mãos de papel e meia canada de tinta.<sup>121</sup> A 9.12.1529 o mesmo cardeal infante mandou o recebedor da chancelaria não levar a Luiz Álvares de Proença, capelão e escrivão da sua câmara, meio marco de prata que era obrigado pagar pela confirmação do benefício da igreja de S. Salvador de Santarém.<sup>122</sup> A 18.11.1537 mandou o seu tesoureiro dar a António e Luiz, seus varredores, os vestidos que constam no mandado, os quais se entregarão ao capelão Luiz Álvares de Proença, para com seu conhecimento lhe ser levado em conta.<sup>123</sup> Finalmente, a 4.5.1538 o cardeal infante mandou ao seu tesoureiro para que de qualquer conta que tiver com Francisco Dias, alfaiate, tome em pagamento 20.000 reais por outros tantos que lhe deve Luiz Álvares de Proença, capelão do mesmo senhor.<sup>124</sup>
- 3.3. **Diogo de Proença**, nascido cerca de 1412 e falecido depois de 1472, que foi escudeiro e depois cavaleiro da Casa de D. Afonso V e criado da rainha D. Leonor (sua mãe), a quem serviu na corte em Lisboa como comprador, sendo ainda escrivão do almoxarifado de Ponte de Lima, tesoureiro-mor da rendição dos cativos e recebedor da sisa da fruta de Lisboa. Apesar da rainha D. Leonor ter falecido a 28 de Fevereiro desse ano, ainda vem referido como seu comprador a 3.7.1443, quando D. Afonso V doou vitaliciamente a Diogo de Proença, comprador da rainha, um casal e dois moinhos situados na terra de Penalva, que pertenceram a Rodrigo Anes, cónego da Sé de Viseu, que os perdera por os ter comprado sem licença régia, contanto que não faça avença com as partes.<sup>125</sup> Foi depois nomeado escrivão do almoxarifado de Ponte de Lima, cargo a que renunciou antes de 31.8.1453, data em que o mesmo rei nomeou João da Ponte, escudeiro de D. Vasco de Ataíde, para o cargo de escrivão do almoxarifado de Ponte de Lima, em substituição de Diogo de Proença, comprador que foi da rainha, que renunciou.<sup>126</sup> E a 20.9.1453 nomeou Diogo Fernandes,

<sup>115</sup> CC, I, 70, 36.

<sup>116</sup> Carlo III, duque de Savoia, casado com a infanta D. Beatriz, irmã do cardeal infante D. Henrique, que viria a ser rei, e de D. João III, todos filhos de D. Manuel I.

<sup>117</sup> CJIII, 22, 64.

<sup>118</sup> CC, I, 67, 38.

<sup>119</sup> CC, I, 79, 54.

<sup>120</sup> CC, I, 43, 51.

<sup>121</sup> CC, II, 159, 35.

<sup>122</sup> CC, I, 44, 28.

<sup>123</sup> CC, I, 60, 15.

<sup>124</sup> CC, I, 61 a 64.

<sup>125</sup> CAV, 35, 25v.

<sup>126</sup> CAV, 4, 43.

escudeiro do duque de Bragança, para o cargo de escrivão dos 10 reais que se tiram do almoxarifado de Ponte de Lima para a cidade de Ceuta, em substituição de Diogo de Proença, que por ser morador em Lisboa o não servia pessoalmente.<sup>127</sup> É referido como Diogo de Proença, escudeiro da Casa Real, morador em Lisboa, quando a 27.8.1466 D. Afonso V o nomeou para o cargo de tesoureiro-mor da rendição dos cativos, em substituição de João de Óbidos, que renunciara.<sup>128</sup> A 12.11.1469 D. Afonso V concedeu carta de privilégio de fidalgo a Diogo de Proença, escudeiro da sua Casa, morador na cidade de Lisboa, que estava prestes a servir na guerra com seus homens, bestas e armas, para todos os seus caseiros, amos, mordomos, apaniguados e lavradores, isentando-os do pagamento de diversos impostos, ofícios e encargos concelhios, de irem com presos e dinheiros, de serem tutores e curadores, de terem cavalo, de serem postos por besteiros do conto, do direito de pousada, entre outros.<sup>129</sup> E a 27.5.1471 nomeou Diogo de Proença, escudeiro da sua Casa, morador na cidade de Lisboa, para o cargo de recebedor da sisa da fruta nessa cidade, em substituição de Estêvão Anes, que morrerá.<sup>130</sup> Finalmente, a 26.5.1472 privilegiou por 3 anos Diogo de Proença, morador na cidade de Lisboa, cavaleiro da sua Casa, criado que foi da rainha D. Leonor, concedendo-lhe licença para andar em besta muar de sela e freio por todo o reino.<sup>131</sup>

3.4. **Fernão Afonso de Proença**, virtual pai de:

3.4.1.1. **João Fernandes de Proença**, nascido cerca de 1440, morador em Benespera, termo da cidade da Guarda, a quem a 2.7.1471 D. Afonso V perdoou a justiça régia pela fuga da prisão.<sup>132</sup> Podia ser pai dos que seguem:

3.4.1.1.1. **Simão de Proença**, nascido cerca de 1474, que era morador no lugar das Antas quando a 27.2.1516 foi nomeado tabelião do judicial da vila de Penedono<sup>133</sup>, e a 6.12.1520, sendo referido como escrivão das sisas daí, teve mercê para o mantimento ordenado com o dito ofício ter 20 reais por milheiro daquilo que as sisas da dita vila renderem, até um máximo de 2.000 reais por ano.<sup>134</sup> D. João III confirmou-o como tabelião do judicial da vila de Penedono<sup>135</sup> e nomeou-o juiz das sisas desta vila e seu termo.<sup>136</sup> Seu proposto neto homónimo, referido adiante, declara-se primo segundo do Licenciado Francisco Cardoso, abade de S. Pedro de Penedono. Primo segundo podia significar parente no 3º grau de consanguinidade (na medida em que os primos-direitos ou co-irmãos são parentes no 2º grau), e neste caso tinham bisavós em comum. Mas primo segundo também pode significar que o abade era primo co-irmão do pai ou mãe de Simão de Proença, sendo portanto os avós do abade bisavós de Simão de Proença, o neto, e estes parentes dentro do 2º grau, embora nestes casos sejam em geral usados os termos tio e sobrinho. Dado que o abade tinha 70 anos em 1553, parece-me evidente que primo segundo tinha aqui a segunda acepção, o que significa (se eram avô e neto) que o Simão de Proença em epígrafe casou ou com uma irmã de Diogo Cardoso, morgado de Penedono, ou com uma irmã de sua mulher Catarina Afonso, pais do abade. Dado que as genealogias não referem nenhuma irmã de Diogo Cardoso casada com um Simão e, por outro lado, é Catarina Afonso e sua família que se documentam de Antas, jugo poder concluir que o Simão de Proença em epígrafe casou com uma irmã desta Catarina Afonso e foi essa a razão por que passou a viver em Antas. Alão diz que

<sup>127</sup> CAV, 4, 47.

<sup>128</sup> CAV, 38, 57.

<sup>129</sup> CAV, 29, 8v.

<sup>130</sup> CAV, 16, 85v.

<sup>131</sup> CAV, 29, 93.

<sup>132</sup> CAV, 16, 123 e 123v.

<sup>133</sup> CMI, 25, 24.

<sup>134</sup> CMI, 36, 123.

<sup>135</sup> CJIII, 71, 7v.

<sup>136</sup> CJIII, 48, 14.

esta Catarina Afonso era muito formosa e filha de Luiz Afonso, aio de D. Afonso V, que depois de viúvo foi abade de Antas de Penedono. Na verdade, não existiu nenhum Luiz Afonso aio de D. Afonso V mas sim um Luiz Afonso que foi amo do infante D. Fernando<sup>137</sup>, o que significa que foi casado com uma das amas-de-leite deste infante.<sup>138</sup> Porém, documenta-se que Catarina Afonso, que não pode ter nascido depois de 1470, não foi filha mas sim irmã de um Luiz Afonso, sendo este bem mais tardio. Com efeito, trata-se do Luiz Afonso, morador em Antas, que em 1553 aparece no processo do antedito abade Francisco Cardoso, onde se diz que “*Francisco Cardoso, abade preso, é sobrinho dele, testemunha, filho de sua irmã dele testemunha*”. Ora, este é certamente o Luiz Afonso, morador em Trancoso, bacharel em Leis, que a seu pedido e da mãe foi legitimado por carta real de 12.1.1512<sup>139</sup> como filho de Afonso Anes, clérigo de missa, abade da igreja de Antas, então já falecido, e de Catarina Fernandes. Assim, com base no conjunto exposto, julgo poder concluir que o Simão de Proença em epígrafe casou cerca de 1495-9 com uma filha do antedito Afonso Anes, abade de Antas, talvez chamada **Beatriz Afonso**, nascida cerca de 1482, sendo esta irmã do bacharel Luiz Afonso e cunhada de Diogo Cardoso, morgado de Penedono. E que seriam pais da seguinte:

3.4.1.1.1.1. **Beatriz de Proença**, nascida cerca de 1500, que casou antes de 26.7.1518 com **Lopo de Almeida**, referido adiante como sobrinho de Branca de Proença. Deve ser o Lopo de Almeida que foi moço da câmara de D. João III, com 406 reais de moradia por mês e três quartas de cevada por dia, tendo antes sido da Casa da rainha.<sup>140</sup> Teriam sido pais do seguinte:

3.4.1.1.1.1.1. **Simão de Proença**, nascido entre 1527 e 1529, dito moço pajem, morador em Antas, que disse ter 14 anos mais ou menos, quando testemunhou em 1543<sup>141</sup>, e cavaleiro, morador nas Antas junto a Penedono, com 26 anos de idade, quando testemunhou em 1553<sup>142</sup> nos processos do Licenciado Francisco Cardoso, abade de S. Pedro de Penedono, dizendo-se primo segundo do dito abade. Pode ser avô de um Simão de Proença que faleceu a 7.2.1654 em Penela da Beira.

3.4.1.1.2. **Branca de Proença**, nascida cerca de 1476, que teve uma filha de **Afonso Pires**, clérigo na Sé da Guarda. Tudo indica que esta seja a Branca de Proença, criada da rainha D. Leonor, que a 9.11.1486 teve de D. João II uma tença anual de 12.000 reais de prata e 2 moios de trigo, de 60 alqueires o moio<sup>143</sup>, tença esta que a 17.5.1497 lhe foi confirmada por D. Manuel I<sup>144</sup> e que recebeu pelo menos até 26.7.1518, data em foi recebida no almoxarifado do reguengo de Algés, por procuração feita a seu sobrinho Lopo de Almeida.<sup>145</sup> É provável que Branca de Proença tenha nascido na Guarda ou seu termo, entrando muito nova (8 anos) ao serviço da rainha D. Leonor, no qual se terá mantido pelo menos até à morte do rei, D. João II, em 1495. De recordar que já seu proposto tio-avô Diogo de

<sup>137</sup> A 4.4.1452 D. Afonso V doou a Duarte, filho de Luiz Afonso, amo do infante D. Fernando, uma tença anual para mantimento de seus estudos de 3.540 reais de prata (CAV, 12, 66). Podendo ainda ser o Luiz Afonso, cónego da Sé de Viseu, que teve três filhos (Luiz, João e Catarina) legitimados por carta real de 20.1.1476 (CAV, 30, 125).

<sup>138</sup> Documento três amas-de-leite do infante D. Fernando: Maria Álvares, Catarina Gonçalves e Madalena Gonçalves (mulher de Rodrigo Esteves).

<sup>139</sup> CMI, 3, 122v.

<sup>140</sup> Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III (HGCRP, Provas).

<sup>141</sup> TSO, IL, proc. 5145.

<sup>142</sup> TSO, IL, proc. 5144.

<sup>143</sup> CJII, 8, 100.

<sup>144</sup> CMI, 29, 48v e 49.

<sup>145</sup> CC, II, 76, 97.

Proença fora criado da rainha D. Leonor, avó desta D. Leonor. Terá sido bem depois desta data que teve a filha Isabel, sendo possível que tivesse casado depois de 1505. O recebimento da sua tença dá ideia de que viveria em Lisboa e depois em Algés, pois é paga nestes almoxarifados.

- 3.4.1.1.2.1. **(L) Isabel (de Proença)**, nascida cerca de 1500, que D. Manuel I legitimou por carta real de 5.2.1505, como Isabel, filha de Afonso Pires, clérigo na Sé da Guarda, e de Branca de Proença, mulher solteira à data do seu nascimento, a pedido de seu pai, segundo um público instrumento que apresentou, feito por Mateus Fernandes, tabelião nessa cidade, a 7.1.1505, sem prejuízo a alguns herdeiros lídimos e outras quaisquer pessoas que algum direito haja nos bens.<sup>146</sup>
- 3.4.1.1.2.2. **(?) Filipa de Proença**, nome com que se documenta no processo do Stº Opº do neto, conforme já ficou dito acima quando tratei o marido, mas que a carta de armas do mesmo neto chama Ana de Proença de Souza e a quem Alão chama Joana de Proença. Nascida cerca de 1508/15, esta Filipa podia ser filha de Silvestre de Proença, referido adiante, e de sua mulher Jerónima de Souza, sobretudo se se documentasse Souza, como vem na carta de armas. Mas não, nem de resto era crível que seu neto Francisco Tavares da Costa e Cunha não tivesse ao menos Souza na carta de armas se na verdade descendesse dos Souza de Refoios. Nem o estatuto documentado é compatível com uma ascendência Souza de Refoios. Assim, esta Filipa podia ser uma filha natural, não legitimada, de Branca de Proença, ou legítima, se esta casou depois de ter a filha Isabel, como também se pode depreender da legitimação, onde se diz que Branca era solteira *ao tempo do nascimento da filha*. Filipa de Proença teria assim nascido em Lisboa e casou cerca de 1530 com seu parente **António Tavares**, nascido cerca de 1482, já referido acima, onde se desenvolve, com quem viveu na Covilhã, sendo porventura sua 2ª mulher.
- 3.4.1.1.3. **(?) Cristóvão de Proença**, nascido cerca de 1478 no termo da Guarda, que julgo irmão de Simão de Proença. Foi escudeiro, procurador do número (17.1.1522)<sup>147</sup> e tabelião<sup>148</sup> da Covilhã, tendo ainda de D. João III carta para ajudante do seu ofício<sup>149</sup> e para andar de mula.<sup>150</sup> Casou com **Leonarda Tavares**.
- 3.4.1.1.3.1. **Simão de Proença**, nascido cerca de 1503, moço de câmara do infante D. Duarte e escrivão da Feitoria de Málaga (5.12.1546).<sup>151</sup> Casou com **Isabel Saraiva da Fonseca**, filha do Licenciado António Lopes, juiz de fora na Guarda<sup>152</sup>, e de sua mulher Ana da Fonseca Saraiva.<sup>153</sup>
- 3.4.1.1.3.1.1. **Cristóvão de Proença**, escudeiro, nascido cerca de 1530, viveu na Guarda<sup>154</sup>, onde faleceu antes de 1596. Casou com **Beatriz de Soveral**, fal. viúva a 18.6.1596 em Vela (Guarda), deixando testamentário seu filho Simão de Proença. Era filha de Cristóvão da Fonseca, que a 12.9.1528 teve carta de armas para Fonseca,

<sup>146</sup> CMI, 22, 118.

<sup>147</sup> CJIII, 51, 22v.

<sup>148</sup> CJIII, 36, 148.

<sup>149</sup> CJIII, 50, 74.

<sup>150</sup> CJIII, 18, 78.

<sup>151</sup> CJIII, 15, 16.

<sup>152</sup> CJIII, 40, 198.

<sup>153</sup> Segundo Alão, filha de Afonso da Fonseca ou Afonso Saraiva. Este era filho de Antão Vaz, natural da Batalha, que foi escrivão dos contos régios da cidade da Guarda, e de sua mulher Isabel Fernandes Saraiva, filha Vicente (ou Vasco) Fernandes Saraiva, natural de Trancoso, e sua mulher Leonor Vasques da Fonseca, filha de Afonso Vasques da Fonseca, alcaide de Marialva, Moreira e Sabugal, filho bastardo de Vasco Fernandes Coutinho.

<sup>154</sup> Segundo Alão.

tendo por diferença uma flor-de-lis de prata em uma brica azul<sup>155</sup>, onde é referido como cavaleiro da Ordem de Cristo, foi comendador de St<sup>a</sup> Luzia de Trancoso<sup>156</sup>, alcaide das sacas da comarca da Beira e Riba Côa<sup>157</sup>, tabelião de Trancoso<sup>158</sup> e escrivão da Câmara<sup>159</sup>, teve mercê real das saboarias de Trancoso<sup>160</sup>, etc., e de sua mulher Catarina de Soveral.<sup>161</sup>

3.5. **Afonso de Proença**, escudeiro, nascido cerca de 1417, que terá servido na guerra, talvez também como criado de Vasco Martins da Cunha, tal como seu irmão João Afonso. Era escudeiro quando a 10.12.1454 teve carta de perdão real, a pedido de Pedro de Almeida, escudeiro da Casa Real, de oito dos dez anos de degredo em Ceuta, a que tinha sido condenado por culpas na morte de Pedro Fernandes, natural de Setúbal, morador na vila de Leiria<sup>162</sup>, tendo para o efeito já recebido carta de segurança a 24.8.1451.<sup>163</sup> Parece depois ter ido viver para Lisboa, pois a 18.9.1475 D. Afonso V perdoou a justiça régia a Pedro Vogado, escudeiro da infanta, acusado de ferir Afonso de Proença, morador em Lisboa, mediante o perdão das partes, tendo pago 800 reais.<sup>164</sup> Parece pai de:

3.5.1. **João de Proença**, escudeiro fidalgo da Casa Real, nascido cerca de 1460, que foi tabelião do público e notas de Lisboa, por nomeação de D. João II de 7.10.1486<sup>165</sup>, continuando no cargo no reinado de D. Manuel I pelo menos até 1517.<sup>166</sup> Em 1496 era também protonotário em Lisboa.<sup>167</sup> Pode ser pai de:

3.5.1.1. **António de Proença**, cavaleiro fidalgo da Casa Real<sup>168</sup>, nascido cerca de 1500, morador em Santarém, onde casou com **Lisea Simão** (ou *Limão*), documentada no processo do St<sup>o</sup> Of<sup>o</sup> de seu filho. Tendo em conta que seu filho também usou os nomes Coelho e Botelho, ou esta Lisea ou a desconhecida mulher de João de Proença (nesta hipótese) seriam destas famílias ou cada uma da sua.

3.5.1.1.1. **Isabel de Proença**, nascida cerca de 1525 e falecida viúva cerca de 1611, que julgo irmã de Diogo de Proença, referido adiante, pois teve um filho chamado Diogo Botelho, nome que Diogo de Proença também usou. Administrava uma capela em Lisboa (S. Nicolau), que deixou ao dito seu filho. É referida por Alão<sup>169</sup>, que não a filia. É certamente a homónima que tinha casas em Lisboa, documentadas numa confrontação de 1572.<sup>170</sup> Casou com **Rui de Castanheda**, que administrava outra capela e faleceu com testamento de 14.1.1563, feito em Lisboa (St<sup>o</sup> Estêvão) no tabelião João Afonso, e aberto a 5.12.1554, como se documenta na escritura de posse do filho. Alão diz que este Rui de Castanheda era fidalgo castelhano e é o homónimo que era capitão de uma nau da segunda armada de Vasco da Gama. Devia de facto ser este capitão, referido na Crónica de D. Manuel, mas castelhano não era, pois trata-se do Rui de Castanheda, cavaleiro da Casa d'el rei, filho de João Gonçalves de Castanheda, escudeiro da Casa d'el rei e meirinho do infante D. Fernando, que a 10.2.1491 teve

<sup>155</sup> CJIII, 11, 116v.

<sup>156</sup> CJIII, 40, 250v.

<sup>157</sup> CJIII, 36, 65v.

<sup>158</sup> CJIII, 69, 187.

<sup>159</sup> CJIII, 56, 120.

<sup>160</sup> CJIII, 3, 45.

<sup>161</sup> Vide o meu livro "Ascendências Visesenses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004.

<sup>162</sup> CAV, 15, 53v.

<sup>163</sup> CAV, 11, 135.

<sup>164</sup> CAV, 30, 25.

<sup>165</sup> CJII, 8, 66.

<sup>166</sup> CMI, 38, 109v.

<sup>167</sup> CMI, 33, 65v.

<sup>168</sup> Declara o seu filho no dito processo.

<sup>169</sup> PL, Barradas, §2.

<sup>170</sup> Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 152.

confirmação de uma carta de D. João II de 10.4.1494, que confirmava outra de D. Afonso V de 9.1.1450, na qual, atendendo aos serviços de João Gonçalves de Castanheda, escudeiro de sua Casa e meirinho do Infante D. Fernando, seu irmão, lhe fazia pura e irrevogável doação, para ele e todos os seus herdeiros, por linha direita masculina, de juro e de herdade com todas as rendas, direitos e pertenças, de uma sua quintã e marinhas e pinhal, em Sarilhos Grandes, no Ribatejo, a qual trazia Fernando da Fonseca, que a perdeu por ter estado do lado errado em Alfarrobeira.<sup>171</sup> Quinta esta que viria a ser reconfirmada a Rui de Castanheda por D. João III.<sup>172</sup> Parece ainda o Rui de Castanheda que em 1510 era tesoureiro da Casa da Índia.<sup>173</sup> Rui de Castanheda, uma vez que já era cavaleiro em 1491, terá nascido cerca de 1470/72 e faleceu velho em finais de 1554, como ficou dito. Era, portanto, muito mais velho do que a mulher.

3.5.1.1.1.1. **D. Beatriz de Castanheda**, nascida cerca de 1540 e falecida cerca de 1611, ano em que foi registada no tabelião Francisco Penteado de Oliveira da vila de Aldeia Galega no Ribatejo a instituição de um morgadio consignada no testamento de Francisco Botelho e sua mulher D. Beatriz de Castanheda, que mandaram sepultar-se na capela-mor de S. Domingos de Benfica, na sepultura de seu avô Fernão Lourenço<sup>174</sup>, por cujo padroado deram 40.000 reais de juro, com duas missas cantadas nos Santos e missa quotidiana, fazendo morgado das terças em seu filho Diogo Botelho, com sucessão regular, e finda a linha do instituidor vá ao parente mais próximo, mesmo bastardo.<sup>175</sup> Alão diz que esta D. Beatriz era filha de Rui da Castanheda e Isabel de Proença e casou a 1ª vez com **Jorge Lopes de Andrade** e a 2ª vez com **Francisco Botelho**, estribeiro-mor do infante D. Fernando, que foi cavaleiro fidalgo e guarda-roupa da Casa Real (1556).<sup>176</sup> C. g. do 2º casamento nos condes de S. Miguel.

3.5.1.1.1.2. **Filipa de Proença**, nascida cerca de 1441, que Alão dá como irmã de D. Beatriz de Castanheda e casada com **Álvaro Barradas**, referido na Crónica de D. João III, que foi capitão na Índia e se perdeu em Moçambique, c.g., sendo filho de Luiz Barradas. Seria portanto o Álvaro Barradas, cavaleiro fidalgo da Casa Real, filho de Luiz Barradas, que a 31.7.1537 teve de D. João III carta de armas para Barradas, por descender desta linhagem.<sup>177</sup> E o Álvaro Barradas, mercador, que a 13.3.1534 teve alvará para não ser constrangido por 17.880 reais de certas coisas que tomou na Alfândega de Lisboa para Manuel de Moura, escrivão da câmara.<sup>178</sup> E o homónimo que a 18.10.1536 teve carta para receber 1.300 cruzados que deu ao feitor de Andaluzia.<sup>179</sup> E o que teve a 16.2.1537 alvará para que, do dinheiro que ia na nau Santa Maria da Graça, lhe emprestassem mil cruzados.<sup>180</sup> E ainda o que teve carta para lhe emprestem 500 cruzados, do dinheiro do cofre que vai na nau Fiéis de Deus, e que em seu lugar iria pôr uma obrigação pela qual pagará na Índia a sobredita quantia.<sup>181</sup> Este Álvaro Barradas, contudo, faz toda a

<sup>171</sup> CMI, 33, 88; e 38, 84.

<sup>172</sup> CJIII, 36, 154.

<sup>173</sup> CMI, 3, 16.

<sup>174</sup> Este Fernão Lourenço, sepultado em S. Domingos de Benfica, era o avô materno de Francisco Botelho, Fernão Lourenço da Mina, feitor da Casa da Índia.

<sup>175</sup> Índice das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 278.

<sup>176</sup> Com moradia de 2.000 reais (Moradias).

<sup>177</sup> CJIII, 23, 64v.

<sup>178</sup> CC, I, 52, 61.

<sup>179</sup> CC, I, 57, 118.

<sup>180</sup> CC, I, 58, 46.

<sup>181</sup> CC, I, 60, 100.

figura de homem de pelo menos meia-idade nesta cronologia, pelo que não parece o casado com alguém que nasceu cerca de 1541. Julgo que houve aqui confusão genealógica e o Álvaro Barradas casado com Filipa de Proença, talvez filho do anterior, é o Álvaro Barradas que a 17.4.1581 teve mercê de tença de 15.000 reais<sup>182</sup>, e a 13.9.1598 teve mercê de feitor e alcaide-mor de Malaca<sup>183</sup> e mercê para abrir uma porta nos muros de Setúbal.<sup>184</sup>

- 3.5.1.1.1.3. **Diogo Botelho**, não referido nas genealogias, que em 1611, por escritura feita no tabelião Francisco Penteado de Oliveira da vila de Aldeia Galega no Ribatejo, tomou posse da capela sita em S. Nicolau que sua mãe Isabel de Proença deixou com a fazenda obrigada e seus encargos, bem assim como da capela de Rui de Castanheda seu pai, conforme o seu testamento.<sup>185</sup> Esta capela seria certamente na quinta em Sarilhos Grandes, no Ribatejo, que era de seu pai e ele herdou.
- 3.5.1.1.2. **Gaspar de Proença**, nascido cerca de 1527, que julgo irmão de Diogo de Proença, portanto filho de António de Proença. Viveu em Azambuja com sua mulher **Maria Lopes**, ambos já falecidos em 1578 quando seu filho António de Proença (o nome do proposto avô) passou no tabelião de Lisboa Gomes de Abreu um procuração a Francisco de Souza, moço da câmara da Casa Real.<sup>186</sup> Gaspar de Proença e sua mulher eram certamente também pais de Gaspar Lopes de Proença, cavaleiro fidalgo, que a 30.6.1582 fez em Vila Franca de Xira, no mesmo tabelião, uma procuração a Gabriel Baracho para execução da sua quinta de Andaluz.<sup>187</sup> Esta quinta de Andaluz uns meses antes documenta-se na posse de D. Maria de Ayalla, viúva de D. Francisco de Castro, moradora na sua quinta de Andaluz, que a 24.2.1582, no mesmo tabelião, fez procuração justamente a Gaspar Lopes de Proença, cavaleiro fidalgo, para cobrar de Jerónimo da Ponte, almoxarife das Sete Casas, 50.000 reais de tença que tinha nas saboarias de Lisboa.<sup>188</sup> E provavelmente ainda pais de Manuel de Proença, moço da câmara da Casa Real, que foi testemunha em Lisboa a 2.3.1580<sup>189</sup>
- 3.5.1.1.3. **Diogo de Proença**, criado d'el rei, moço da câmara da Casa Real, cristão-velho, nascido em 1532 em Santarém, também chamado Diogo Coelho e Diogo Botelho, que em 1475 foi degredado para o Brasil com mulher e filhos Era caporal<sup>190</sup> da galé Onça ou Onea, tendo 42 anos, quando a 28.5.1575 foi preso pelo Inquisição de Lisboa acusado de bigamia.<sup>191</sup> Casou em 1558 (há 17 anos "*mais ou menos*"), no mosteiro de Ancêde (Baião), com **Catarina Rodrigues**, daí natural. Sendo esta viva, casou a 15.5.1575 na freguesia de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> do Monte de Sinai (Lisboa), com **Maria Casco**, sendo testemunhas Belchior Pinto e Diogo Ribeiro, soldados da galé Onça. No assento deste casamento, transcrito no processo, utilizou o nome Diogo Botelho e ela Maria de Proença.<sup>192</sup> É descrito no processo como homem de boa estatura e com o nariz grande. A 11.7.1575 foi sentenciado em auto-de-fé com abjuração de leve suspeita na fé, cárcere a

<sup>182</sup> CFI, 21, 21v.

<sup>183</sup> CFII, 10, 65v.

<sup>184</sup> CFII, 21, 183.

<sup>185</sup> Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 278.

<sup>186</sup> Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 379.

<sup>187</sup> Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 385.

<sup>188</sup> Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 295.

<sup>189</sup> Índex das notas de vários tabeliões de Lisboa, IV, 83.

<sup>190</sup> Posto que veio a dar o actual Cabo da Armada. Então comandava o destacamento militar dos navios, subordinado ao capitão.

<sup>191</sup> TSO, IL, 10788.

<sup>192</sup> Este caso é mais um que serve de exemplo à falibilidade dos assentos paroquiais, sobretudo quando não cotejados com outras fontes e principalmente quando com elas entram em conflito.

arbitrio, instrução na fé, penas e penitências espirituais, pagamento de custas e degredo por cinco anos para as galés, para servir ao remo. Mas antes de ser executada a sentença, a 3 de Outubro, a pena para as galés foi comutada para dez anos de degredo no Brasil, com sua legítima mulher e filhos. No início de 1576, no notário de Lisboa Gomes de Abreu, António Álvares de Paredes e sua mulher Maria Correa, moradores à Boa Vista, fizeram fiança por Diogo de Proença, moço da câmara, na causa de divórcio com Isabel Henriques<sup>193</sup>, sua mulher desde 11 de Julho.<sup>194</sup>

- 3.6. **Rodrigo Afonso de Proença**, nascido cerca de 1418, escudeiro de Gonçalo Rodrigues de Souza<sup>195</sup>, que a 1.9.1456 foi nomeado escrivão de todos os gados de Castelo Branco, Penamacor, Monsanto, Salvaterra e Segura, em substituição de João de Idanha.<sup>196</sup> Parece ter sido o pai dos que seguem:
- 3.6.1. **Lopo de Proença**, nascido cerca de 1441, a quem a 22.3.1462 D. Afonso V perdoou um ano do degredo a que fora condenado para a cidade de Ceuta, pela morte de Afonso Gil, na sequência dos serviços prestados na conquista da vila de Arzila<sup>197</sup>, tendo pago 2.000 reais de prata para a Arca da Piedade.<sup>198</sup> É possível que tenha ficado a viver em Castelo Branco, onde seu proposto pai foi escrivão, e que seja pai de:
- 3.6.1.1. **Silvestre de Proença**, nascido cerca de 1475, que Alão dá como marido de **Jerónima de Souza**, filha de Simão de Souza de Refoios, moço fidalgo de D. Manuel I. Não encontrei este Silvestre em fonte primária e Alão não o filia nem lhe dá filhos. Mas estes Souza Refoios eram de Castelo Branco. Seu alegado sogro Simão de Souza de Refoios pode ser o Simão de Souza, fidalgo da Casa Real, a quem a 4.7.1497 D. Manuel I confirmou uma tença de 6.000 que tinha dele desde 1491.<sup>199</sup> Era filho de Rui Vaz de Refoios, que a 7.9.1501 se documenta fidalgo da Casa Real, morador em Castelo Branco, onde fora juiz.<sup>200</sup> Tendo em conta a cronologia do pai de Rui Vaz de Refoios, este era já velho em 1501, como aliás parece. Seu filho Simão de Souza terá nascido entre 1450 e 1470.
- 3.6.2. **João de Proença**, nascido cerca de 1445, abade de Aldeia das Donas<sup>201</sup>, na Covilhã, por apresentação real de 30.8.1487.<sup>202</sup>
- 3.7. **João Afonso de Proença**, escudeiro, nascido cerca 1420 e falecido antes de 1480, que parece ter sido criado de Vasco Martins da Cunha<sup>203</sup>, alcaide-mor de Lamego (24.9.1455), com quem terá servido na guerra. Esteve, com o irmão Afonso, envolvido na morte de um Pedro Fernandes, em Leiria, em 1451, onde estariam ambos ao serviço de Vasco Martins da Cunha. Com efeito, a 10.12.1454 João Afonso de Proença, escudeiro, irmão de Afonso de Proença, escudeiro, teve carta de perdão real, a pedido de Pedro de Almeida, escudeiro da Casa Real, de 8 dos 10 anos de degredo em Ceuta, a que tinha sido condenado em 1451 por culpas na morte de Pedro Fernandes, natural de Setúbal, morador em Leiria.<sup>204</sup> Ficou portanto livre do degredo, tendo regressado no início de 1455, sendo certamente o João Afonso, morador na terra de Tarouca, criado de Vasco Martins da Cunha, que a 3.10 desse ano foi nomeado coudel de Tarouca, Mondim e Valdigem<sup>205</sup> e

<sup>193</sup> Esta aparece, portanto, como Maria Casco, Isabel de Proença e Isabel Henriques. Julgo que este último era o seu verdadeiro nome.

<sup>194</sup> Índice das notas de vários tabeliães de Lisboa, IV, 230.

<sup>195</sup> Este Gonçalo Rodrigues de Souza, do Conselho de D. Afonso V e capitão-mor dos ginetes, morreu em 1462.

<sup>196</sup> CAV, 13, 23.

<sup>197</sup> Arzila foi conquistada no início desse ano de 1462.

<sup>198</sup> CAV, 35, 63v e 64.

<sup>199</sup> CMI, 30, 134.

<sup>200</sup> CMI, 46, 58.

<sup>201</sup> Aldeia de Donas ou Donas é hoje uma freguesia do concelho do Fundão.

<sup>202</sup> CJII, 21, 3.

<sup>203</sup> Filho dos senhores de Tábua.

<sup>204</sup> CAV, 15, 53v.

<sup>205</sup> Hoje uma freguesia do concelho de Lamego.

seus termos.<sup>206</sup> Foi senhor dos dízimos e padroado da igreja de Mondim da Beira (Tarouca), que terá herdado da mãe e passou à descendência. Dizem que foi capitão-mor de Mondim da Beira, o que é cronologicamente impossível, pois este cargo só foi criado em 1570. Mas podia ter sido capitão da gente de guerra de Mondim, ou alcaide, se é que *capitão* não foi confusão com *coudel*. Faleceu antes 1480, pois a mulher casou 2ª vez cerca deste ano com Diogo da Mesquita. João Afonso de Proença casou cerca de 1461 com *Isabel Botelho Correa*, nascida cerca de 1447 em Vila Real e falecida cerca de 1490, referida no meu *Ensaio sobre a origem dos Correa*, filha de Afonso Botelho, escudeiro do conde de Vila Real e por ele alcaide-mor desta vila, e de sua mulher Tereza Correa.

3.7.1. **Leonor Botelho**, nascida cerca de 1462 em Mondim da Beira e moradora casada na cidade de Viseu, onde faleceu cerca de 1537. Casou cerca de 1476 com *João Afonso*, o “*Colhão Rico*”, nascido cerca de 1430, escudeiro e cavaleiro da Casa Real, meirinho da Corte<sup>207</sup> e senhor do prazo do Arco<sup>208</sup>, na cidade de Viseu, “*dos Afonsos do Arco desta cidade*”<sup>209</sup>, que jaz no convento de S. Francisco de Órgens com o seguinte leitreiro: “*Aqui jaz João Afonso meirinho marido de Leonor Botelha*”. Pode ser ainda, já velho, o João Afonso, escudeiro, morador em Viseu, que a 1.8.1514 foi vedor e recebedor das obras dos muros e fortaleza desta cidade, com mantimento de 20 reais por dia.<sup>210</sup> João Afonso era irmão de Rodrigo Afonso, escudeiro e vassalo de D. Afonso V, morador em Viseu, que a 25.8.1475 lhe deu carta de privilégio de fidalgo<sup>211</sup> e a 2.5.1480 o nomeou juiz de Viseu<sup>212</sup> e foi vereador do Senado da Câmara pela Nobreza em 1506<sup>213</sup>, marido de Filipa Vaz de Castello-Branco; bem assim como de Luiz Afonso<sup>214</sup>, vassalo de D. Afonso V e criado do bispo de Viseu D. Luiz Coutinho, que teve deste rei carta de privilégio para os seus apaniguados e lavradores, por estar pronto para servir na guerra com suas bestas e armas (21.3.1454)<sup>215</sup>, mas faleceu pouco depois<sup>216</sup> e que jaz na Sé de Viseu, todos filhos de Bartolomeu Afonso, carcereiro de Viseu<sup>217</sup>, e certamente netos<sup>218</sup> do

<sup>206</sup> CAV, 15, 87v. Em substituição de Lopo Afonso, que terminara o tempo de exercício do cargo.

<sup>207</sup> Era meirinho da corte a 14.4.1452 quando seu irmão Pedro Afonso teve carta de perdão de D. Afonso V (CAV, 12, 46v). Continuava no cargo a 29.6.1468, quando D. Afonso V doou a João Afonso, cavaleiro da sua Casa e meirinho da corte, metade dos panos e dos bens móveis e de raiz que pertenciam a Jusepe Creeemte, Salomão Creeemte, Judas Gabay, entre outros, mercadores, rendeiros do porto do almoxarifado de vila de Santarém, moradores na dita vila, que os perderam por terem passado ouro, prata e outras coisas para o reino de Castela, sem terem pago a dízima e outros direitos régios, ficando a outra metade dos ditos bens e panos para o reino (ib, 28, 85v). E a 26 de Novembro do mesmo ano, quando o mesmo rei o nomeou, em acumulação, requeredor da sisa dos vinhos de Santarém (ib, 28, 118v). Documenta-se ainda no cargo a 22.6.1469 (ib, 31, 54v) e 26.3.1472 (ib, 37, 101v), devendo ter-se mantido em funções até 8.6.1486, data em que Domingos Guedes foi nomeado por D. João II meirinho da corte (CJII, 6, 61).

<sup>208</sup> O prazo das casas e propriedades do Arco foi renovado pelo Cabido de Viseu em 1538 a sua filha Mécia Botelho.

<sup>209</sup> As informações sobre este João Afonso e sua família constam do meu livro “*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*”, Porto 2004.

<sup>210</sup> CMI, 15, 115.

<sup>211</sup> CAV, 30, 62v.

<sup>212</sup> CAV, 32, 16v.

<sup>213</sup> Livros de Actas da Câmara de Viseu.

<sup>214</sup> Luiz Afonso foi pai de: 1) Pedro Afonso, “*homem rico e honrado*”, que por sua vez foi pai de Beatriz Gomes mulher de Diogo de Figueiredo, de Carvalhiços e Vila Chã; 2) Isabel Gomes mulher de Luiz de Gouveia, cavaleiro da Casa Real, que foi nomeado a 16.5.1520 escrivão do mamposteiro-mor dos cativos do bispado de Viseu; 3) Filipa Gomes, que faleceu solteira; e 4) João Gomes, tesoureiro da Casa da Índia, casado com Eva do Tojal, de Alhos Vedros, que foram pais de D. Inácia do Tojal mulher de D. António de Vasconcellos de Menezes, dos quais foi filha herdeira D. Maria de Vasconcellos casada com D. Pedro de Noronha, contestado alcaide-mor de Viseu, c.g. nos condes de Linhares (e duques de Linhares, em Espanha).

<sup>215</sup> CAV, 10, 19v.

<sup>216</sup> Foi morto antes de 20.10.1456, data em que D. Afonso V perdoou a justiça régia a Pedro Anes, natural de Viseu, pela morte de Luiz Afonso, mediante o perdão geral outorgado pela ida contra o Turco (CAV, 13, 89).

<sup>217</sup> A 4.9.1439 D. Afonso V perdoou a justiça régia a Bartolomeu Afonso, morador na cidade de Viseu, carcereiro da dita cidade, acusado de ter deixado fugir Catarina Velho, barregã de Gonçalo Anes, cónego nessa cidade, tendo pago 200 reais de prata para a Arca da Piedade (CAV, 19, 89).

<sup>218</sup> Em “*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*”, Porto 2004, digo que Bartolomeu Afonso devia ser filho de Álvaro Afonso do Arco e sua mulher Catarina Afonso, casal a quem o Cabido de Viseu emprazou a 11.7.1431 um chão ao Rio Merdeiro. Mas julgo agora que este Álvaro Afonso seria irmão (mais velho), e não pai de Bartolomeu Afonso, e que não teve geração, herdando o prazo do Arco o sobrinho João Afonso.

João Afonso que a 8.7.1439 foi nomeado meirinho da correição da comarca da Beira e Riba-Côa.<sup>219</sup> Com geração que já tratei.<sup>220</sup>

- 3.7.2. **Pedro Botelho**, escudeiro do duque de Bragança, escrivão e tabelião-geral e contador dos feitos e custas da correição da comarca da Beira e Riba-Côa (16.6.1484)<sup>221</sup> e meirinho desta comarca (6.2.1511). Foi cidadão nobre da governança de Viseu, sendo nomeadamente vereador do Senado da Câmara pela Nobreza em 1514.<sup>222</sup> A 6.2.1511, sendo escrivão e tabelião-geral e contador dos feitos e custas da correição da comarca da Beira e Riba-Côa e escudeiro do duque de Bragança, trocou este ofício pelo de meirinho da mesma correição com António Rodrigues, escudeiro d'el rei, escambo que tinha sido feito em instrumento público três dias antes no tabelião Gomes Anes, pagando à chancelaria e fazenda 3.000 reais do dízimo em que o ofício foi avaliado.<sup>223</sup> Faleceu s.g.
- 3.7.3. **Afonso Botelho**, nascido cerca de 1465 e falecido cerca de 1518, sucessor na casa de Mondim da Beira (Tarouca), cavaleiro fidalgo da Casa Real, que foi escrivão das sisas de Tarouca (24.6.1490)<sup>224</sup> e depois meirinho da corte (29.8.1498)<sup>225</sup>, sendo então escudeiro do conde de Marialva e Loulé, meirinho-mor do reino. Num documento de 26.8.1504 aparece como cavaleiro da Casa d'el rei e meirinho da sua corte.<sup>226</sup> Com o cargo de meirinho da corte e recebedor da chancelaria aparece em vários documentos até 1518, ano em que deve ter falecido, sendo já seu sobrinho homónimo (filho de Aires) o Afonso Botelho que D. João III nomeou nos cargos de meirinho da corte.<sup>227</sup> Casou com sua parente *Isabel Botelho de Sequeira*, com geração que já tratei.<sup>228</sup>
- 3.7.4. **Aires Botelho**, nascido cerca de 1469 em Mondim da Beira e falecido em Seia em 1535, comendador de S. Pedro de Lordosa na Ordem de Cristo<sup>229</sup>, cavaleiro fidalgo da Casas de D. Manuel I e D. João III, foi contador da comarca da Beira e Riba-Côa nestes dois reinados, brevemente meirinho da corte por seu irmão, sucedeu nos dízimos e padroado de Mondim da Beira e foi o 1º senhor da casa dita dos Botelho, em Seia, onde faleceu com testamento de 1532, em que mandou refundar a capela de S. Pedro, para nela se sepultar, com diz um letreiro nela mandado colocar por seu filho Afonso.<sup>230</sup> A 25.1.1500, sendo escudeiro de D. Rodrigo de Castro, teve de D. Manuel I a mercê do cargo de juiz das sisas da Covilhã.<sup>231</sup> Sendo meirinho do paço, interveio como procurador num documento de 4.5.1504.<sup>232</sup> Em 1507, sendo referido

<sup>219</sup> CAV, 19, 47v. Este João Afonso vem referido como João Afonso de Lagos quando a 20.4.1442 foi substituído no cargo, por renúncia sua, por Estêvão Vasques, escudeiro, criado do infante D. Pedro (CAV, 2, 44v). Seria, assim, natural de Lagos (da Beira), e o primeiro destes "Afonso do Arco" que foi para Viseu, e provavelmente o primeiro que teve aí o prazo do Arco.

<sup>220</sup> "Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004. Nesta obra coloco a hipótese de João Afonso de Proença e sua mulher Isabel Botelho Correa serem também pais de um Sebastião Correa, de um Martim Correa e de um António Botelho que se documentam em Viseu no final do séc. XV e início do XVI. Mas estou agora convencido que estes eram mais provavelmente seus netos, filhos desta Leonor Botelho e seu marido João Afonso.

<sup>221</sup> CJII, 23, 148.

<sup>222</sup> Livros de Actas da Câmara de Viseu.

<sup>223</sup> CMI, 8, 11 e 12.

<sup>224</sup> CJII, 13, 142.

<sup>225</sup> CMI, 31, 136.

<sup>226</sup> CMI, 23, 26.

<sup>227</sup> No reinado de D. João III coexistem vários Afonso Botelho, nomeadamente o Afonso Botelho (Machado) que foi meirinho da correição de Viseu e provedor da comarca da Beira, já trineto (sempre por via feminina) de Afonso Botelho, o Velho, este Afonso Botelho, filho de Aires, que era bisneto do dito Afonso Botelho o Velho, um Afonso Botelho que foi cônego da Sé de Viseu e era sobrinho-bisneto de Afonso Botelho o Velho, e o Afonso Botelho neto do Velho, que como ele foi juiz das sisas de Vila Real e alcaide-mor, que teve carta de armas para Botelho, como digo no meu [Ensaio sobre a origem dos Correa](#).

<sup>228</sup> "Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004. Foram pais, nomeadamente, de Luiz Botelho de Sequeira, cavaleiro fidalgo da Casa Real com 2.600 reais de moradia (20.10.1556), sucessor na casa de Mondim da Beira.

<sup>229</sup> CJIII, 21, 14v.

<sup>230</sup> "ESTA CAPELLA MANDOV FAZER AIRES BOTELHO DE NOVO PER Aº BOTELHO SEV FILHO PERA ELLE E SEVS DESCENDENTES NO ANNO DE 1542".

<sup>231</sup> CMI, 14, 92v.

<sup>232</sup> CMI, 23, 45.

como cavaleiro da Casa Real, recebeu quitação de 727 marcos, duas onças em ouro e variados bens recebidos durante o exercício do cargo de feitor no resgate de Axem durante os anos de 1505 e 1506.<sup>233</sup> Em 1511 é referido como cavaleiro da Casa Real quando foi procurador do referido D. Rodrigo de Castro.<sup>234</sup> A 8.3.1516 volta a aparecer como cavaleiro da Casa Real e já como contador dos resíduos da comarca da Beira e Riba-Côa<sup>235</sup>, cargo em que viria a ser confirmado por D. João III (22.10.1530).<sup>236</sup> A 17.12.1515, diz-se que tinha o cargo de meirinho da Corte por seu irmão Afonso Botelho.<sup>237</sup> A 10.6.1521 documenta-se como cavaleiro da Casa Real e contador das tenças e provedor dos órfãos e capelas e hospitais e juiz dos resíduos da comarca da Beira e Riba Côa.<sup>238</sup> Casou cerca de 1497 com *Elvira Rodrigues*, que as genealogias dizem ser filha de Francisco Homem, senhor de Verdelhos, junto a Manteigas, e copeiro da rainha. Não consegui documentar nenhum Francisco Homem como copeiro da rainha<sup>239</sup> ou senhor de Verdelhos<sup>240</sup>, mas há um Francisco Homem que era moço da câmara da Casa Real e vedor dos panos da vila de Manteigas e renunciou a este cargo a 10.10.1520 no tabelião público da Covilhã Vicente Marcos, conforme se diz na nomeação para o cargo de João Vaz a 21.2.1521.<sup>241</sup> Sendo certamente o mesmo Francisco Homem que a 18.2.1521 renunciou ao cargo de escrivão dos panos e selador de Alvôco, Valezim e Vila Cova, no tabelião de Seia Duarte de Sequeira, como se diz na nomeação para o cargo de Lourenço de Gouveia, morador em Loriga, a 21 seguinte.<sup>242</sup> E ainda o Francisco Homem que a 9.10.1520 renunciou ao cargo de escrivão das sisas de Ermêlo e Folgoso no antedito tabelião Vicente Marcos, como se diz na nomeação de Rui Lopes, morador em Linhares, a 11.2.1521.<sup>243</sup> Este Francisco Homem era certamente o homónimo que a 3.8.1506, sendo escrivão das sisas de Trancoso, renunciou em Álvaro Pires, morador em Trancoso, o cargo de escrivão dos feitos da sisa dessa vila e seu termo<sup>244</sup>, tendo a 18 do mês anterior renunciado no mesmo o cargo de escrivão das sisas da Távola da parte do rei da feira de S. Bartolomeu, das sisas de Matança e dos Casais do Monte.<sup>245</sup> Francisco Homem tinha sido confirmado no cargo de escrivão das sisas e panos da vila de Trancoso a 13.5.1496, tal como era por carta de D. João II.<sup>246</sup> Aires Botelho e Elvira Rodrigues tiveram geração que já tratei<sup>247</sup>, sendo seu filho sucessor Afonso Botelho, falecido a 24.7.1588 na sua casa de Seia (no óbito é referido como comendador Afonso Botelho), sepultado na sua capela de S. Pedro, comendador de S. Pedro de Lordosa na Ordem de Cristo (1.6.1535)<sup>248</sup>, cavaleiro fidalgo das Casas de D. João III<sup>249</sup> e D. Sebastião<sup>250</sup>, que serviu no paço

<sup>233</sup> CMI, 5, 20 e 20v.

<sup>234</sup> CMI, 8, 50.

<sup>235</sup> CMI, 25, 30v.

<sup>236</sup> CJIII, 43, 125.

<sup>237</sup> CMI, 38, 96 e 96v.

<sup>238</sup> CMI, 39, 67.

<sup>239</sup> Há nesta cronologia o Francisco Homem que foi estribeiro-mor de D. Manuel I, casado com D. Maria de Menezes, mas não se adequam a pais de Elvira Rodrigues. Mesmo a hipótese de esta ser bastarda do estribeiro-mor Francisco Homem, havida por exemplo noutra Elvira Rodrigues, e ter havido troca nos cargos, não parece crível, pois neste caso Aires Botelho teria certamente um filho chamado Francisco Homem (Botelho) e o nome Homem havia de repetir-se na sua descendência, o que não acontece.

<sup>240</sup> Verdelhos é hoje uma freguesia do concelho da Covilhã.

<sup>241</sup> CMI, 39, 40v.

<sup>242</sup> CMI, 39, 4.

<sup>243</sup> CMI, 37, 113v.

<sup>244</sup> CMI, 44, 15v.

<sup>245</sup> CMI, 44, 14.

<sup>246</sup> CMI, 34, 21 e 73; 14, 33; e 26, 36. A 7.10.1486 D. João II nomeara para o cargo João da Cunha, que lhe vendera o ofício, embora sem autorização real.

<sup>247</sup> *Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*, Porto 2004. Ver também *Raízes da Beira*, 2006, de Eduardo Osório Gonçalves.

<sup>248</sup> CJIII, 16, 90.

<sup>249</sup> Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III, onde vem referido como Afonso Botelho, meirinho da Corte, com 900 reais de moradia (HGCRP, Provas).

<sup>250</sup> Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, 7, 247v.

em Lisboa, nomeadamente como meirinho da corte<sup>251</sup>, em sucessão a seu tio e pai, e que é referido na *Crónica de D. João III*.<sup>252</sup> Sucedeu a seu pai no cargo de contador dos resíduos e provedor das obras da comarca da Beira e Riba-Côa (19.2.1532)<sup>253</sup>, cargo que depois trocou por uma tença de 50.000 reais<sup>254</sup>, e foi ainda de escrivão dos órfãos de Aguiar da Beira.<sup>255</sup> Este Afonso Botelho casou em Lisboa cerca de 1531 com *Violante de Alarcão*<sup>256</sup>, nascida em 1507 em Castela, moça da câmara e colaça da infanta D. Catarina (1507-1578), futura rainha de Portugal, conhecida como D. Catarina de Áustria. D. António Caetano de Sousa<sup>257</sup> não a refere na lista da Casa desta rainha, mas esta lista está manifestamente incompleta, sendo certa a informação genealógica. Com efeito, a 15.12.1530 Violante de Alarcão, moça da câmara da rainha D. Catarina, passou recibo, que assinou, dos 5.833 reais que recebeu de parte do seu ordenado.<sup>258</sup> Violante de Aragão era filha de Andrés de Alarcón<sup>259</sup>, fidalgo castelhano da Casa de Almodovar del Pinar, que foi aio da dita infanta D. Catarina, que acompanhou a Portugal, e de sua mulher e prima Leonor de Alarcón<sup>260</sup>, dama da rainha D. Joana a Louca e depois aia de sua filha, a dita infanta, e que era irmã de D. Fernando de Alarcón, 1º marquês de la Vala Siciliana (1526). De Afonso Botelho e Violante de Alarcão são conhecidos três filhos: Aires Botelho de Alarcão, que sucedeu, com geração conhecida; João Correa de Proença, que casou cerca de 1575 com Isabel Botelho, ainda era moço da câmara quando a 19.11.1604 foi acrescentado escudeiro fidalgo da Casa Real e que vivia em Seia quando teve em Viseu uma tença de 40.000 reais, com geração extinta; e Leonor de Alarcão, nascida cerca de 1547, que casou com seu primo no 3º grau António Correa Botelho<sup>261</sup>, cavaleiro fidalgo da Casa Real, meirinho da Corte, que serviu na Índia e foi o 1º capitão-mor de Mondim da Beira, com geração nos Correa de Alarcão, capitães-mores de Mondim da Beira, e nos Alarcão e Albuquerque, de Tarouca.<sup>262</sup> Mas Afonso Botelho e Violante de Alarcão tiveram pelo menos mais uma filha, certamente a mais velha, Mécia Botelho, nascida cerca de 1532, que as genealogias que a tratam, nomeadamente Eduardo Osório Gonçalves<sup>263</sup>, dão como filha de Isabel Botelho, irmã deste Afonso Botelho. Contudo, como Mécia Botelho e Pedro Ribeiro não podem deixar de ser os pais de António Ribeiro de Alarcão, e o facto de este usar documentalmente o nome Alarcão

<sup>251</sup> CJIII, 14, 132v.

<sup>252</sup> 3ª parte, Cap. 89.

<sup>253</sup> CJIII, 16, 58v.

<sup>254</sup> CJIII, 71, 136.

<sup>255</sup> CJIII, 47, 89.

<sup>256</sup> Irmã de Diego de Alarcón, que foi cavaleiro da Ordem de Santiago, e de Catarina de Alarcão, que também acompanhou o pai a Portugal e aqui casou com Jorge de Figueiredo Correa, 2º morgado da Ota, escrivão da fazenda de D. João III, comendador da Ordem de Cristo, senhor dos maninhos da Covilhã, senhor da capitania de Ilhéus (Baía), etc., c.g. nesta Casa.

<sup>257</sup> HGCRP, Provas. Nesta lista, entre as damas castelhanas, ACS refere apenas uma *D. Catarina da Veiga, neta de D. Leonor de Aragão*, devendo esta ser a mulher de Gaspar de Torres.

<sup>258</sup> CC, II, 166, 29.

<sup>259</sup> Andrés de Alarcón era filho secundogénito de Álvaro de Alarcón, 1º morgado (1473) e 2º senhor de Almodovar del Pinar (Cuenca), e neto de Martín de Alarcón, comendador de Mérida e Uclés, que foi o 1º senhor de Almodover del Pinar, senhorio que comprou a 5.8.1467 a D. Rodrigo Manrique, condestável de Castela, por 700 maravedis. D. Henrique IV deu-lhe em 1470 mercê para aí instituir um morgadio, o que ele fez três anos depois, vinculando-lhe umas casas e outros bens em Barchín, muitos bens em aldeias de Alarcón e, sobretudo, na vila de Almodóvar del Pinar, nomeando 1º administrador o filho Álvaro. Martín de Alarcón era filho de Álvaro Ruiz de Alarcón, irmão mais novo de Martín Ruiz de Alarcón, senhor de Valverde, referido na nota seguinte.

<sup>260</sup> Já viúva, sem geração, de Diego de Ribera. Era filha de Diego Ruiz de Alarcón e sua 2ª mulher Isabel de Llanes y Santoyo; neta paterna de Fernan Ruiz de Alarcón e sua mulher Francisca de Salazar; e bisneta de Martín Ruiz de Alarcón, senhor de Valverde, Talayuelas e las Veguillas (20.2.1392), alcaide e guarda-mor de Alarcón e Iniesta (20.3.1395), etc., e sua mulher D. Maria Alfonso Carrillo, irmã de D. Pedro Carrillo, 6º senhor de Priego e monteiro-mor e falconeiro-mor de D. Henrique III.

<sup>261</sup> Filho do licenciado Jorge da Fonseca, natural da Guarda, juiz de fora em Pinhel, Trancoso e Ponte de Lima, e de sua mulher Mécia Correa Botelho; neto paterno de Jorge de Frágua e sua mulher Leonor da Fonseca, moradores na Guarda; e neto materno de Afonso Botelho e sua mulher Isabel Botelho de Sequeira, referidos no nº 3.7.2 do presente estudo.

<sup>262</sup> Entre os quais D. Maria Luiza de Alarcão e Albuquerque, 4ª neta de Afonso Botelho e Violante de Alarcão, que casou a 29.6.1683 em Melres (Gondomar) com Manuel da Cunha Coutinho de Portocarreiro, 16º senhor da torre de Portocarreiro, 3º morgado de S. Tiago de Melres, etc., chefe desta linhagem, c.g. nos Cunha Coutinho Ozorio e Alarcão de Portocarreiro, do palácio da Bandeirinha, no Porto. Vide o meu livro *Portocarreros do Palácio da Bandeirinha*, Porto 1997, e o meu estudo sobre os *Pinto, Moura Coutinho e Carvalho, de Santa Marinha de Zêzere (Baião)*.

<sup>263</sup> *Raízes da Beira*, 2006.

prova inequivocamente que sua mãe Mécia Botelho só podia ser filha de Afonso Botelho e Violante de Alarcão. Mécia Botelho e Pedro Ribeiro casaram cerca de 1547, provavelmente em Seia. Pedro Ribeiro nasceu cerca de 1525 em Fornos ou na Cunha Alta (Mangualde), foi escrivão das sisas de Fornos de Algôdres<sup>264</sup> e depois recebedor das sisas de Linhares da Beira<sup>265</sup>, vila onde passou a viver e faleceu antes de 1602. António Ribeiro de Alarcão terá sido o seu filho mais velho, nascido em Fornos ou já em Linhares, e viveu na sua quinta do Ribeiro, em Fataúncos (Vouzela), onde faleceu a 22.3.1602. Casou aí cerca de 1569 com Antónia Girão Freire de Andrade, falecida a 23.3.1616 na quinta da Lage, ib, irmã de Amador Girão Pessoa, senhor desta quinta, onde instituiu por testamento uma capela, mandada erguer por seu filho, armoriada de Girão e Novais, com geração conhecida, como tudo já tratei<sup>266</sup>, embora aí não tenha dado a ascendência de António Ribeiro de Alarcão, o que faço agora. Mécia Botelho e Pedro Ribeiro tiveram vários outros filhos, desde logo o Padre Dr. Francisco Ribeiro, que em 1579 foi padrinho em Fataúncos de sua sobrinha Antónia, filha de António Ribeiro de Alarcão, e que, após a morte deste em 1602, ainda com os filhos solteiros, terá ido viver para a quinta do Ribeiro, onde em 1607 instituiu a capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Conceição, armoriada, onde se lê: “*Esta capela mandou construir o Ldo. Franc<sup>o</sup> Ribeiro, Anno 1607*”. A pedra de armas, esuartelada, não tem qualquer semelhança com as armas dos Ribeiro (de Vasconcellos), e dela tratarei adiante. Nesse mesmo ano de 1607, o Padre Dr. Francisco Ribeiro celebrou na dita capela os casamentos simultâneos dos seus sobrinhos Paulo Girão Ribeiro e Ana Girão e em Ventosa de seu sobrinho Diogo Girão Ribeiro. Não encontrei na Universidade de Coimbra o registo da sua matrícula ou licenciatura, pelo que deve ter andado em Salamanca. Já o outro filho varão de Pedro Ribeiro e Mécia Botelho, certamente o mais novo de todos, Gaspar Ribeiro Botelho, nascido lá para 1560, aparece matriculado em Cânones na Universidade de Coimbra entre 1581 e 1585.<sup>267</sup> Além destes três varões, Pedro Ribeiro e sua mulher tiveram pelo menos quatro filhas, sendo a mais velha a desconhecida mãe do Dr. Marcos Botelho Furtado, que julgo ter-se chamado Mécia Botelho, como a mãe. Com efeito, a referidas genealogias dão este Dr. Marcos Botelho Furtado como filho de Pedro Ribeiro, mas não era. Como Marcos Botelho, nascido em Fornos, filho de Francisco Furtado, matriculou-se em Cânones na Universidade de Coimbra em 1589, tirando o bacharelato a 8.7.1595 e a formatura a 23.5.1597.<sup>268</sup> Era provedor da feitoria dos linhos e cânhamos de Santarém quando aí morreu, sendo o seu corpo depois trasladado para a capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Esperança de Fornos, que aí instituiu, nomeando administrador Miguel de Pina Tenreiro. Dele existe uma carta ao rei de 24.11.1625, no exercício destas funções, a qual assina como Marcos Botelho Furtado.<sup>269</sup> Ora, como aquele Miguel de Pina Tenreiro era neto de Pedro Ribeiro e Mécia Botelho, como veremos, não restam muitas dúvidas de que o Dr. Marcos Botelho Furtado era filho de uma filha de Pedro Ribeiro e Mécia Botelho, a qual casou com o antedito Francisco Furtado. As outras filhas de Pedro Ribeiro e Mécia Botelho foram: 1) Catarina Botelho, casada a 4.8.1566, em Linhares da Beira, com Baltazar Ribeiro; 2) Isabel Botelho, casada a 5.2.1570, ib, com Diogo Homem, juiz dos órfãos de Linhares; e 3) Leonor Botelho, casada a 24.2.1582, ib, com Simão de Soveral Tenreiro<sup>270</sup>, herdeiro da quinta de Figueiró da Granja e do morgadio de Muxagata, dos quais foram filhos Simão de Soveral, frade agostinho e missionário na América, que em 1620 instituiu o morgadio e capela de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> de Copacabana de Fornos, o antedito Miguel de Pina Tenreiro, cavaleiro fidalgo da

<sup>264</sup> CJIII, 26, 120v.

<sup>265</sup> CJIII, 56, 205v.

<sup>266</sup> “*Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII*”, Porto 2004. De António Ribeiro de Alarcão e sua mulher descendem os Girão de Mello e Souza.

<sup>267</sup> AUC, Matrículas.

<sup>268</sup> AUC, Matrículas.

<sup>269</sup> CC, I, 117, 79.

<sup>270</sup> Nascido em Fornos de Maceira-Dão, filho de Simão Lopes e sua mulher Helena de Soveral, filha herdeira de Simão de Soveral, que aos 18 anos de idade teve foro de escudeiro fidalgo da Casa Real (1538), partindo na nau de S. António para a Índia, onde foi armado cavaleiro, sucessor na quinta de Figueiró da Granja e morgado de Muxagata, e de sua mulher Beatriz Vaz Tenreiro. Ao contrário do que digo nas “AV”, esta Beatriz Vaz Tenreiro não podia cronologicamente ser filha de Heitor Tenreiro, sendo portanto sua irmã, filha de Manuel Vaz Cardoso, o Tocha, e sua mulher Beatriz Tenreiro (de Pina).

Casa Real (22.5.1603), e Mécia Botelho que casou com António Pacheco de Carvalho, de Linhares, sendo estes bisavós de José de Albuquerque Pimentel de Vasconcellos e Soveral, que acabou por suceder em todos estes morgadios, com geração conhecida.<sup>271</sup> Pedro Ribeiro, marido de Mécia Botelho, dizem as mesmas genealogias que era filho de Simão Fernandes Furtado e sua mulher Eufémia Ribeiro, o que é um anacronismo, pois esta Eufémia Ribeiro ainda tem netos maternos a nascer em 1612, pelo que não pode ter nascido antes de 1536. Da mesma forma, dizem que Isabel Fernandes Ribeiro (casada com João Cerveira da Cunha) é filha desta Eufémia, quando esta Isabel tem um filho matriculado em Coimbra em 1571. Na verdade, quer esta Isabel quer Pedro Ribeiro eram não filhos mas sim irmãos de Eufémia Ribeiro, e o Pedro bem mais velho. Seriam todos filhos de outro Pedro Ribeiro, nascido cerca de 1485, que foi estribeiro do imperador Maximiliano (1459-1519)<sup>272</sup>, e de sua mulher Joana Fernandes, nascida cerca de 1504, sendo esta filha de Mateus Fernandes<sup>273</sup>, o *Farto*, e de sua mulher Joana Monteiro, que a tradição diz que hospedaram na sua casa da Cunha Alta (Mangualde) o rei D. Manuel I e, mais tarde, a rainha D. Catarina, mulher de D. João III, que deu à dita Joana Monteiro dois vestidos riquíssimos. É possível que este Pedro Ribeiro mais antigo já fosse senhor da quinta do Ribeiro, em Fataúncos (Vouzela), que foi de seu neto António Ribeiro de Alarcão, e onde seu outro neto o Padre Dr. Francisco Ribeiro, irmão deste, instituiu em 1607 a já referida capela com pedra de armas, esquartelada, já algo gasta, mas sem qualquer semelhança com as armas dos Ribeiro (de Vasconcellos), como ficou dito e se pode ver na imagem que publico na página seguinte. Neste caso, o Pedro Ribeiro mais antigo poderia ter recebido estas armas (novas) do imperador Maximiliano.<sup>274</sup> De resto, é muitíssimo provável que seja o Pedro Ribeiro que foi moço da câmara de D. João III, com 406 reais de moradia por mês e  $\frac{3}{4}$  de cevada por dia<sup>275</sup>, onde se diz que antes o foi de Diogo Botelho. Ora, este Diogo Botelho é o do ramo de Viseu/Pombal que foi guarda-roupa e camareiro do infante D. Luiz pelo menos desde 1518, ainda vivendo em 1524, e que era primo (5º grau) do Afonso Botelho que justamente foi sogro de Pedro Ribeiro. Este, portanto antes de ser escrivão das sisas de Fornos de Algôdres e recebedor das sisas de Linhares da Beira, serviu no paço como moço da câmara de D. João III, inicialmente sob a alçada do camareiro Diogo Botelho, e terá sido através deste que porventura teve oportunidade de casar com a filha mais velha de Afonso Botelho, que também serviu na corte como meirinho. Tendo Diogo Botelho muito provavelmente nascido em S. Pedro de France (Viseu), é bem possível que Pedro Ribeiro fosse de facto natural de Vouzela (Lafões). E neste caso podia ser filho ou irmão do Afonso Ribeiro<sup>276</sup>, morador no Ribeiro do concelho de Lafões (designação que se pode aplicar à quinta do Ribeiro, em Fataúncos), que a 28.7.1510 foi nomeado tabelião do Público e Judicial, escrivão da Câmara e inquiridor das inquirições judiciais de Lafões, substituindo nos cargos Gonçalo Fernandes, cavaleiro na cidade de Tânger, que lhe vendera os ofícios, que tinham vagado por morte de Lopo Afonso, morador em Vouzela, tendo pago 2.000 reais de dízimo.<sup>277</sup> Tanto mais que pelo menos um neto de António Ribeiro de Alarcão, Diogo Girão Ribeiro, além de recebedor-geral das sisas do concelho de Lafões (7.7.1657), foi juiz, inquiridor e distribuidor do dito concelho (20.5.1644). De Pedro Ribeiro I e sua mulher Joana Fernandes foi filho primogénito Manuel Ribeiro, nascido cerca de 1521, que sucedeu na casa da Cunha Alta e que é certamente o homónimo que era moço da

<sup>271</sup> Deste foi bisneto por varonia e sucessor José Maria de Albuquerque Pimentel de Vasconcellos e Soveral (1793-1849), 1º barão de Fornos de Algôdres (2.7.1842).

<sup>272</sup> Neto materno do rei D. Duarte.

<sup>273</sup> Talvez seja o Mateus Fernandes que teve de D. João III carta de cavaleiro (CJIII, 20, 195v). Era natural de Fornos de Algôdres e possível filho de Fernão Anes, aí capitão, que estava sepultado junto à porta travessa de igreja matriz de Fornos, “e sobre a sua campa se conserva esculpida uma espada, insígnia de cavaleiro”, segundo notícia genealógica.

<sup>274</sup> Embora não se conheça semelhante registo, há pelo menos um caso em que este imperador concedeu a João Lombardo, natural da Picardia, morador na ilha da Madeira, uma carta de armas, que D. Manuel I confirmou em 1513 (CMI, 42, 83v).

<sup>275</sup> Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III (HGCRP, Provas).

<sup>276</sup> Deste parece filho o Baltazar Ribeiro que foi moço da câmara da Casa Real, com 406 reais de moradia por mês e três quartas de cevada por dia, como consta no Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III (HGCRP, Provas), onde se diz que era filho de Afonso Ribeiro. De Afonso Ribeiro também parece filho um Diogo Ribeiro, cujo neto, Sebastião Ribeiro, casou com Branca Barbosa de Figueiredo, falecida viúva em Fataúncos a 5.1.1592, c.g. na quinta de Prazias, ib.

<sup>277</sup> CMI, 8, 72 e 72v.

câmara da rainha D. Catarina quando esta a 1.3.1531 lhe mandou pagar os 2.028 reais e  $\frac{3}{4}$  de cevada por dia que tinha de moradia.<sup>278</sup> A rainha D. Catarina, como vimos, tinha ficado hospedada em casa de seus avós maternos, sendo natural que tivesse tomado o neto ao seu serviço. Devendo mesmo ser o Manuel Ribeiro que depois surge como cavaleiro da Casa de D. João III, com 700 reais de moradia, dizendo-se que fora escrivão dos contos da rainha.<sup>279</sup> Este Manuel Ribeiro casou com Ângela Nunes de Albuquerque<sup>280</sup>, c.g.<sup>281</sup> O filho segundo de Pedro Ribeiro I foi Simão Ribeiro, abade perpétuo do mosteiro de Maceira-Dão, que é certamente o Simão Ribeiro, moço da capela do cardeal D. Henrique, que deste recebeu a 24.3.1539 uma tença de 3 cruzados de mercê.<sup>282</sup> Mais novo foi o licenciado Gaspar Ribeiro, que em 1586 era prior de Vila Franca. Das filhas, para além das mais novas Isabel Fernandes e Eufémia, já referidas, teve ainda Joana Monteiro, que as genealogias dão apenas como mulher Lopo Vaz de Albuquerque, moço da câmara do cardeal D. Henrique.<sup>283</sup> Mas os filhos de Lopo Vaz de Albuquerque nascem já bem na 2ª metade do séc. XVI, tendo Joana Monteiro nascido cerca de 1524. Lopo Vaz de Albuquerque era cunhado de Manuel Ribeiro, irmão mais velho de Joana Monteiro, e se não era mais novo do que a mulher, seriam pelo menos da mesma idade, parecendo tratar-se de um casamento tardio (para ela). Por outro lado, existe outra Joana Monteiro casada com Mateus Fernandes do Amaral, que foram pais de Manuel Fernandes de Carvalho, o *Padela*, nascido cerca de 1553, conforme já tratei.<sup>284</sup> Ora, esta segunda Joana Monteiro, nascida cerca de 1538, parece filha da outra Joana Monteiro, embora não de Lopo Vaz de Albuquerque. Parece assim que Joana Monteiro I terá casado uma primeira vez com o pai de Joana Monteiro II, o qual, tendo em conta o nome do neto, se deveria ter chamado Manuel Carvalho, certamente dos de Viseu, possivelmente o Manuel Carvalho que a 17.6.1519 foi nomeado recebedor das rendas do bispado de Viseu.<sup>285</sup> Sendo que desta Joana Monteiro II podiam ainda ser irmãos inteiros o Gaspar Monteiro que a 10.12.1570 recebeu do Cabido de Viseu o prazo de umas casas no arrabalde do Arco, e o João Monteiro que a 16.11.1585 recebeu prazo de umas casas na rua da Regueira.<sup>286</sup> Do que se consegue distinguir da pedra de armas da capela da quinta do Ribeiro (ver imagem abaixo), tem no 1º quartel uma palma ou árvore, nos 2º e 3º quartéis uma estrela ou uma rosácea e no 4º quartel um leão rompante, tudo num trabalho de cantaria muito rústico, arcaizante e de pouco rigor heráldico. Este tipo de armas, esquarteladas e complexas, tanto podiam ter origem medieval portuguesa, tendo por paralelo as verdadeiras armas dos Góis, que a reforma manuelina reservou aos Goios, ou por exemplo a pedra de armas que está na frontaria do mosteiro de Cête, como se ajustam também ao que poderiam ser umas armas novas dadas pelo imperador Maximiliano (sobretudo no caso de serem rosáceas e não estrelas as peças do 2º e 3º quartéis). Se forem armas portuguesas medievais, podemos estar perante o escudo de uma linhagem Ribeiro local, portanto distintos

<sup>278</sup> CC, II, 167, 58. Valor que correspondia a vários meses.

<sup>279</sup> Livro dos Moradores do Senhor Rey D. João III (HGCRP, Provas).

<sup>280</sup> Nas "AV" dou Ângela Nunes de Albuquerque como possível irmã de Justa Nunes de Albuquerque, mas a cronologia obriga a que fosse de uma ou duas gerações abaixo, pelo que na verdade era certamente neta desta Justa e irmã de Lopo Vaz de Albuquerque, casado com Joana Monteiro, irmã mais nova de Manuel Ribeiro (marido desta Ângela), como aliás dizem alguns autores (vide TT, Genealogias manuscritas, 21.F41, f. 112).

<sup>281</sup> Tiveram uma filha conhecida, Isabel de Albuquerque, casada com Heitor Tenreiro, juiz ordinário da Vila Cova da Tavares, referido na nota 224. Mas tiveram mais filhos, nomeadamente o desconhecido pai (provavelmente também Simão) de Simão Ribeiro de Albuquerque, senhor da casa de Cunha Alta, onde nasceu cerca de 1590 e fal. a 29.11.1639, que casou a 3.6.1627 em Alcaface com Melícia Cardoso, neta materna de Pedro Lourenço da Cunha, senhor da quinta de Nespereira, em Vilar de Ordem (S. Pedro de Povolide). Infelizmente este assento de casamento só refere os pais da nubente e não os do nubente, e os paroquiais de Cunha Alta só começam em meados da 1ª metade do séc. XVII. De Simão Ribeiro de Albuquerque e sua mulher foi filho sucessor Diogo Ribeiro de Albuquerque, n. cerca de 1630, ib, e fal. a 5.1.1696, ib, que casou a 8.2.1654, ib, com Cecília Cabral do Amaral, bisneta do Dr. Francisco Dias do Amaral, do Conselho de D. João III, desembargador de Relação do Porto e Casa da Suplicação, corregedor do Crime e do Cível da Corte (29.9.1546), corregedor do Crime de Évora (27.6.1532), etc., também senhor de casa em Cunha Alta, com geração nos Ribeiro Cabral ou Cabral Ribeiro daí.

<sup>282</sup> CC, I, 64, 70.

<sup>283</sup> Filho de Nuno Vaz Freire, n. em Sardoal, e de sua mulher Beatriz Nunes de Albuquerque, n. em Mioma (Sátão). Ver nota 263.

<sup>284</sup> "Ascendências Visienses. Ensaio genealógico sobre a nobreza de Viseu. Séculos XIV a XVII", Porto 2004

<sup>285</sup> Gavetas, IV, 3, 23.

<sup>286</sup> ADV, Prazos do Cabido.

dos Ribeiro conhecidos. Na verdade, os Ribeiro parecem muito antigos na região de Lafões, pois já nas inquirições de 1288 um Rodrigo Afonso Ribeiro era senhor da quinta da Figueira, em Bordonhos (S. Pedro do Sul). Pode portanto colocar-se a hipótese de estes Ribeiro serem uma linhagem local, distinta da dos Ribeiro (de Vasconcellos), portanto com uma heráldica própria, que se perdeu, e de que só restaria (total ou parcialmente) a representada na pedra de armas da capela da quinta do Ribeiro, porventura solar da linhagem.



Pedra de armas da capela da quinta do Ribeiro

PORTO, 2010